



PAULA **FRASSINETTI**
Educação com Rumo

Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti
Mestrado em Educação Pré-Escolar

A criança e o divórcio - repercussões no desenvolvimento emocional

Relatório de estágio apresentado à Escola Superior de Educação
de Paula Frassinetti para obtenção do grau de Mestre
em Educação Pré-Escolar

Mestranda: Andreia Cristina Rebelo Brás

Orientadora: Mestre Maria Ivone Couto Monforte das Neves

Porto, Fevereiro, 2017

AGRADECIMENTOS

Não podia terminar esta etapa sem agradecer os meus pais, devo-lhes tudo o que sou hoje! Estiveram sempre do meu lado e permitiram que fosse possível iniciar e terminar este processo longo e complicado. Obrigada por acreditarem sempre em mim, são sem dúvida os melhores pais do mundo!

À minha família que sempre me incentivou e me ajudou nesta fase, em especial à minha tia Rosa que sempre esteve pronta para me escutar e me apoiar.

Ao meu namorado, por todo o amor, apoio e paciência, por todo o incentivo e por todas as palavras de carinho, força e coragem. Obrigada, por teres surgido nesta fase da minha vida e me ajudares sempre em tudo!

Realço a minha gratidão àquelas que ao longo destes anos, se mostraram verdadeiras e excelentes amigas, Joana, Marina, Luciana, Carolina e Eunice.

À Mestre Ivone Neves por todos os momentos de partilha, por toda a ajuda nas orientações em estágio de jardim de Infância e na realização deste relatório, visto ser uma referência para mim.

À Doutora Clara Craveiro por toda a ajuda em todo o meu processo de estágio em creche.

Às profissionais que me receberam nas suas salas, por me terem ajudado a melhorar e a todas as crianças que sempre me receberam de “braços abertos”.

Para finalizar, agradeço ainda à ESE de Paula Frassinetti e a todos os docentes, por todo o acolhimento e aprendizagens ao longo deste meu percurso académico.

“Tenho em mim todos os sonhos do mundo”

(Fernando Pessoa)

RESUMO

O presente relatório foi realizado no Mestrado em Educação Pré-escolar. A sociedade em que vivemos tem sofrido alterações que apresentam consequências a nível das estruturas familiares, nomeadamente através da crescente taxa de divórcios. As crianças mais pequenas acabam por sofrer com o divórcio dos seus pais, pois esta situação vai muito além da sua capacidade de compreensão. Neste sentido, o presente relatório apresenta como questão de partida “Até que ponto o divórcio tem ou não repercussões no desenvolvimento da criança?”.

Assim sendo, foi realizada uma investigação e utilizados instrumentos com o intuito de proceder à recolha de dados. Esses instrumentos de recolha passam pela observação participante, análise documental, entrevista a uma profissional da educação e inquéritos a Encarregadas de Educação.

Neste âmbito, com a análise e tratamento dos dados obtidos constatou-se que o processo de divórcio pode modificar a dinâmica emocional das crianças, face às carências que sentem por falta do outro progenitor, traduzindo-se num desajuste emocional, o que pode levar a estados de depressão, tristeza e isolamento. Este estudo veio reiterar que não existe uma estrutura familiar ideal, mas por sua vez, que a necessidade da presença emocional dos pais em casos de divórcio ajuda e protege as crianças.

Palavras-chave: Divórcio; Desenvolvimento emocional; Estrutura familiar; Criança;

ABSTRACT

This report was carried out in the Master's in Pre-school Education. The society in which we live has undergone changes that have repercussions on family structures, in particular through the increasing rate of divorce. Younger children end up suffering from their parents' divorce, as this situation goes far beyond their ability to understand. In this sense, this report presents as a starting point "To what extent does divorce have or do not have repercussions on the child's development?".

Therefore, an investigation was carried out and instruments were used in order to collect data. These collection instruments include participant observation, documentary analysis, interview with an education professional, and inquiries to those in Charge of Education.

In this sense, with the analysis and treatment of the data obtained, it was verified that the divorce process can modify the emotional dynamics of the children, due to the deficiencies that they feel due to the lack of the other parent, which translates into an emotional maladjustment, which can lead to States of depression, sadness and isolation. This study reiterated that there is no ideal family structure, but in turn, that the need for parents' emotional presence in divorce cases helps and protects children.

Key-words: Divorce; Emotional development; Family structure; Child;

LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS

DEC.LEI - Decreto de Lei

EE - Encarregado de Educação

ESE - Escola Superior de Educação

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPSS - Instituição Particular De Solidariedade Social

OCEPE - Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar

PE - Projeto Educativo

PES I - Prática de Ensino Supervisionada em jardim de infância

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	II
RESUMO	III
ABSTRACT.....	IV
INTRODUÇÃO.....	1
1.- ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1.1.- CONCEITO DE FAMÍLIA.....	3
1.2.- ANÁLISE DA ESTRUTURA FAMILIAR	5
1.2.1.- Família nuclear	5
1.2.2.- Família de acolhimento.....	5
1.2.3.- Família recomposta	6
1.2.4.- Família adoptiva.....	7
1.2.5.- Família monoparental	8
1.2.6.- Família homoparental	8
1.3.- DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL.....	9
1.3.1.- Desenvolvimento emocional da criança.....	9
1.3.2.- Inteligência emocional	11
1.4.- DIVÓRCIO.....	12
1.4.1.- Conceito	12
1.4.2.- Causas	13
1.4.3.- Consequências	14
1.4.4.- O divórcio e a criança	15
1.5.- A FAMÍLIA APÓS O DIVÓRCIO: FAMÍLIAS QUE SE INVENTAM PARA AS CRIANÇAS.....	18
1.6.- CONTRIBUTO DE ALGUNS ESTUDOS SOBRE A TEMÁTICA	20

2.- METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO.....	23
2.1.- O PAPEL DO INVESTIGADOR	23
2.2.- PERTINÊNCIA DA TEMÁTICA	25
2.3.- PERGUNTA DE PARTIDA E OBJETIVOS.....	25
2.4.- ESTUDO DO CASO.....	26
3.- ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS.....	27
3.1.- DADOS REFERENTES À ANÁLISE DAS FICHAS DE ANAMNESE.....	27
3.1.1.- Observação participante.....	27
3.2.- TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS	30
3.2.1.- Sujeitos de estudo	30
3.2.2.- Instrumentos de análise de dados	31
3.2.2.1.- Inquérito por questionário.....	31
3.2.2.2.- Entrevista.....	34
4.- APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	35
4.1.- ANÁLISE DE CONTEUDO.....	35
4.2.- DADOS RELATIVOS À ENTREVISTA.....	36
4.2.1. - Síntese dos dados	39
4.3.- DADOS RELATIVOS AOS INQUÉRITOS.....	40
4.3.1. - Síntese dos dados	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndice 1 – Guião da entrevista à Educadora de Infância

Apêndice 2 – Guião do inquérito ao Encarregado de educação

ÍNDICE DOS ANEXOS

Anexo 1 – Registos de observação

- a) Registo de incidente crítico
- b) Amostragem de acontecimentos
- c) Registo de incidente crítico
- d) Amostragem de acontecimentos
- e) Registo de incidente crítico

Anexo 2 – Transcrição da Entrevista – Educadora de Infância (E)

Anexo 3 – Quadros de Análise da Entrevista

Anexo 4 – Transcrição do Inquérito – Encarregado de Educação (E.E.I)

Anexo 5 - Transcrição do Inquérito – Encarregado de Educação (E.E.M)

Anexo 6 – Dados relativos aos inquéritos

Anexo 7 – Quadros de Análise dos Inquéritos

ÍNDICE DAS TABELAS

Tabela 1. Cronograma de investigação

Tabela 2. Caracterização da educadora entrevistada (E)

Tabela 3. Caracterização das inquiridas (E.E.M e E.E.I)

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico 1. Idades dos pais

Gráfico 2. Número de irmãos por criança

Gráfico 3. Setores de atividade

Gráfico 4. Habilitações Literárias

Gráfico 5. Tipo de estrutura familiar

INTRODUÇÃO

O presente relatório surge no âmbito da finalização do Mestrado em Educação Pré-escolar. Neste sentido, realizou-se um estágio profissional numa Instituição em contexto de jardim de infância, com a finalidade de possibilitar de aumentar a aquisição de conhecimentos e ampliar a preparação para o desempenho futuro nesta área.

Com este trabalho de investigação procurou-se perceber até que ponto o divórcio pode ou não ter repercussões no desenvolvimento emocional da criança, sendo que o foco principal será apenas este tipo de desenvolvimento. O interesse por esta temática surgiu através das observações realizadas em contexto de estágio e da necessidade de analisar a existência das várias estruturas parentais, pois como futuras educadoras devemos ajustar a nossa intervenção a estas alterações.

Ao longo das últimas décadas o conceito de família estruturada por pais e filhos tem vindo a dilatar-se para diferentes estruturas familiares. Além da família nuclear começaram a surgir famílias com progenitores do mesmo sexo, famílias de acolhimento, famílias adotivas e até mesmo famílias monoparentais ou recompostas, que muitas vezes culminaram do divórcio. Esta experiência da separação dos progenitores na vida das crianças, com particular atenção às suas implicações mais negativas, tem motivado vários autores, desde há muito tempo, a uma reflexão mais profunda.

Como afirma Santos (2013, p.10) “toda a separação de uma família causará danos e/ou perdas à criança (...) os filhos tendem a lidar mais cedo com o sofrimento, pela família não estar mais unida”. Para os filhos, o divórcio acaba por ser uma mudança na família e dependendo de como estes aceitam ou não, essa situação pode ser negativa ou positiva. O facto de a criança ter de lidar com o afastamento de um dos pais será negativo, mas por outro lado, se isso evitar que ela vivencie e assista a conflitos será positivo.

Para Trindade (2014, p.5) “a perspetiva do conflito familiar assume que o conflito entre os pais antes, durante e após o período de separação, é um fator de grande stress para as crianças”. Neste sentido, as crianças com pais separados apresentam problemas não só por estes já não estarem juntos, mas também porque acompanham e apercebem-se muitas das vezes de todos os conflitos.

O presente relatório encontra-se estruturado em quatro pontos fundamentais. O primeiro pertence ao enquadramento teórico, que apresenta a revisão bibliográfica que orientou a prática desenvolvida, onde serão explorados os estudos mais relevantes sobre a temática, desde a estrutura familiar até às causas e consequências do divórcio.

O segundo ponto refere-se às opções metodológicas adotadas nesta investigação, a pertinência da temática, a pergunta de partida, o estudo do caso e o papel do investigador. No terceiro encontra-se as estratégias e os instrumentos de recolha de dados e, para finalizar, o quarto ponto que abrange a apresentação e a discussão dos dados recolhidos.

1.- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1.- CONCEITO DE FAMÍLIA

O conceito de família possui atualmente diversos significados. Cada vez mais este conceito tem vindo a ser alterado, o que pode condicionar os direitos das pessoas e criar situações de exclusão social ou até discriminação. Vários autores defendem diferentes teorias acerca deste conceito, segundo Murdock (1949, p.1), família é “o grupo social caracterizado por residência em comum, cooperação económica e reprodução que inclui adultos de ambos os sexos (...) e uma ou mais crianças sejam dos próprios ou adoptadas”.

Depois de refletir acerca desta visão de família, podemos nos aperceber de que não abrange todas as formas de família, apenas se baseia em três pontos importantes, a residência em comum, a cooperação económica, a reprodução e o relacionamento sexual entre adultos de sexos diferentes. Partindo destes três pressupostos, a coabitação pode não existir em todos os tipos de família e o mesmo referente à cooperação económica, pode um dos progenitores não se encontrar a trabalhar, mas isso não quer dizer que não façam parte da mesma família.

O ponto que mais sobressai diz respeito à sexualidade, restringindo-se apenas às relações heterossexuais, visto que estamos numa sociedade em constante mudança e evolução, e muitas das vezes pode existir parentalidade social e nem sempre biológica.

Como afirma Giddens (2008, p.175) a família é “um grupo de pessoas unidas directamente pelo parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças”. Nesta definição realça-se o grau parentesco, que nem sempre é aplicado, como no caso das famílias com conjugalidades de pessoas do mesmo sexo, e que não podem ter os seus próprios filhos, tendo muitas das vezes que recorrer à adoção.

Neste contexto, Amaro (2014, p.13) cita o Instituto Nacional de Estatística em Portugal, que definiu um conceito para família clássica, sendo que era necessário de “um ponto de vista legal e estatístico (...) adotar uma definição operacional que tenha explicação exaustiva num dado país ou conjunto de países”. Assim sendo definiram família clássica como um

“conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento” (INE, 2014).

Tal como afirmam Fernandes e Maia (2015, p.13) a família situa-se numa “teia de relações económicas, sociais, culturais, políticas e a sua história não pode ser feita fora dessa realidade”. Não são um atributo dos tempos atuais, sempre existiram e vão continuar a existir famílias, “se as entendermos como grupos de pessoas relacionadas por casamento (de direito ou de facto), por nascimento ou por adopção” (Idem, 2015, p.29).

Esta é uma definição herdada de um passado, quando ainda não existiam diversidade e complexidades nas relações domésticas, como hoje em dia em que a família é considerada uma “instituição em permanente evolução e que a sua estrutura, as suas funções e as relações que se estabelecem entre os seus membros sofrem modificações ao longo do tempo, por isso devem ser feitas análises acerca das diferentes dimensões da família” (Amaro, 2014, p.15).

Recorrendo novamente a Amaro (2014, p.18) existem “quatro tipos de dimensões familiares”, a dimensão simbólica, referente aos valores e atitudes dos membros da família, a dimensão relacional, que destaca as relações afetivas entre os membros de cada família, a outra dimensão é a funcional que está destinada à satisfação das necessidades dos membros da família, apoios financeiros, vestuário, alimentação, apoio emocional e protecção, e, por último, a dimensão estrutural, que diz respeito às relações que se estabelecem entre os vários elementos.

Verifica-se que a definição clássica de família não está contextualizada na atualidade e não abrange todas as formas de família. O conceito de família depende da cultura em que está inserido, sendo que poderá haver bastantes diferenciações nos significados. Não há portanto, um conceito abrangente que enquadre todas as definições, pois, para cada pessoa poderá haver um sentido diferente de acordo com suas vivências, crenças e valores. Silva e Smart (1999, p.1) afirmam que “se assiste a um debate epistemológico e moral sobre o que a família é e sobre o que a família deve ser”.

Desta forma, hoje em dia, e a família apresenta várias estruturas: a nuclear, a de acolhimento, a recomposta, a adoptiva, a homoparental e a monoparental. A estrutura familiar onde a criança se insere permite uma reflexão acerca da sua forma de agir face a determinadas situações.

1.2.- ANÁLISE DA ESTRUTURA FAMILIAR

1.2.1.- Família nuclear

Com o passar dos anos, vão aparecendo novas estruturas familiares, a mais abrangente, a família nuclear, como afirma Amaro (2014, pp.75-76) é “constituída pelos pais e pelos seus filhos solteiros e dependentes”. Desta estrutura familiar, pode ainda surgir a família extensa que é “constituída pela nuclear e outros parentes, como tios, avós ou núcleos familiares com origem no casamento dos filhos”.

Segundo Oliveira (2002, p.22) “deve-se continuar a considerar família como um casal estável, fundado no amor e na vida em comum, capaz de procriar e educar (...)”. Verifica-se que em famílias com um filho, há três membros e três tipos de relações: mãe-pai, mãe-filho e pai-filho. “Os filhos únicos cedo podem conviver com outras crianças da mesma idade (ou um pouco mais velhos ou novos), seja na família alargada, com os primos, seja com os amigos na creche ou na rua” (Fernandes & Maia, 2015, p.73).

1.2.2.- Família de acolhimento

O ato de maltratar a criança na família não é novo nem característica que distinga a nossa sociedade de outras do passado. Em Portugal segundo a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens através do DEC.LEI nº 147/99 de 1 de Setembro considera-se que a criança se encontra em perigo quando: está abandonada ou entregue a si própria; sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe cuidados ou afeição adequados; é obrigada a realizar trabalhos excessivos ou inadequados à idade e que põem em perigo a sua formação ou desenvolvimento; está sujeita a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assume comportamentos ou se entrega a

consumos ou atividades que afectem a saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento, sem que os pais se oponham de modo adequado a essa situação.

Assim, quando na família não existem condições para assegurar às crianças um conjunto mínimo de condições fundamentais para o seu desenvolvimento equilibrado garantindo-lhes o seu bem-estar, surge o acolhimento familiar, onde a criança recebe a alternativa de outra família que lhe possa garantir toda a estabilidade a que tem direito.

O acolhimento familiar surge com objetivo de garantir a integração temporária de uma criança num meio familiar, prestando-lhe os cuidados adequados às suas necessidades e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral até que possa voltar à sua família de origem, reunindo todas as condições necessárias. Como afirma Delgado (2011, p.17) “a retirada da criança do seio familiar é o último recurso, pois todas as alternativas devem ser cuidadosamente ponderadas”.

Neste cenário, o ideal é que a família de acolhimento, com a qual a criança não mantém laços de parentesco nem afetivos, proporcione à criança o seu bem-estar e a satisfação das suas necessidades e crie relações de afetividade e segurança. Com o passar do tempo, as crianças vão se adaptando a esta nova realidade e “decorrida a adaptação inicial podem surgir problemas de diversos tipos, como, por exemplo, de integração social, escolar ou de identidade” (Idem, 2013, p.26).

A definição de “família natural” surge associada ao acolhimento familiar e “é o espaço de vida privado que caracteriza um grupo de pessoas que vivem como uma família, independentemente dos laços de parentesco que as unem, isto é, partilhando afetos, tarefas, problemas, tensões, memórias e o projeto de um futuro comum” (Delgado, 2010, p.556).

1.2.3.- Família recomposta

Surgem ainda as famílias recompostas que “resultam de uniões de facto em que pelo menos um dos cônjuges traz para o novo casamento o(s) seu(s) filho(s) dependente(s)” (Amaro, 2014, p.76).

Esta estrutura familiar tem origem frequentemente em novos casamentos de pessoas que se divorciaram ou viúvos com filhos dependentes (menores), que acompanham os pais e os seus novos companheiros. O lar recomposto representa

uma das unidades de família “a entrada de um novo parceiro numa família monoparental cria, igualmente, uma família recomposta” (Van Cutsem, 2001, p. 15).

Quando um casal se une e um dos dois cônjuges tem filhos, desde logo este é definido com a função de “padrasto”. Se a separação de um casal ocorrer antes do filho ter três anos de idade “observa-se que não lhe resta qualquer lembrança do casal, dos pais biológicos” (Idem, 2001, p.94). Se existir uma lembrança do primeiro casal, dos pais biológicos, certamente será mais difícil de aceitar a nova relação dos seus progenitores.

1.2.4.- Família adotiva

As famílias adotivas começam a surgir como opção para casais homossexuais, heterossexuais e pessoas singulares. Quando falamos em adoção, deparamo-nos logo com uma preocupação sobre a existência de crianças que sofrem, que foram abandonadas, maltratadas, que passam por carências graves e desta forma, tenta-se arranjar-lhes famílias no qual possam ser felizes e viver de uma forma pacífica e adequada, garantindo-lhes a satisfação das suas necessidades emocionais e temporais. Mas, “a concretização da adopção só pode ser boa para a criança – e o bem da criança é a sua finalidade principal – se for também boa para os adoptantes” (Fernandes & Maia, 2015, p.95).

Os pais adotivos, começam por zelar pelo bem-estar de uma criança que não é sua biologicamente, mas ao pretendem dar todo amor e carinho e sobretudo um porto seguro para que esta se sinta bem. Segundo Brazelton e Sparrow (2003, p.299) “quando os pais assumem a responsabilidade de educar o filho de outra pessoa, poderão colocar em causa a sua adequação para a tarefa”.

A adoção é “um processo moroso, um estudo cuidado, um trabalho rigoroso, que leva tempo e requer paciência e entrega, “uma adopção correrá bem na medida em que pais e filho, ou filhos, possam esquecer que se trata de uma adopção e se sintam uns pais como os outros ou um filho como os outros” (Fernandes e Maia, 2015, p.98).

Quando finalmente adotam uma criança atravessam uma longa jornada de dúvidas, anseios, esperas, procedimentos e procuras. É um processo demorado e complexo. Se para uma criança proveniente de uma família biológica e estável é difícil a sua adaptação a um meio exterior como o infantário e a escola, para a que passou

pelo processo de ser adotada a dificuldade aumenta como confirmam Brazelton & Sparrow (2003, p. 306) “a entrada para a creche, para o infantário e até mesmo para a primeira classe são momentos típicos de vulnerabilidade, que se intensificam quando em contexto de adoção”.

1.2.5.- Família monoparental

Cada vez mais se tornam visíveis outras estruturas familiares, ou porque os casamentos têm durado menos tempo, ou em casos de viuvez, ou ainda devido à interrupção de uniões de facto, o que faz despoletar as famílias monoparentais (derivadas de um segundo casamento).

Por estes motivos, nestas famílias onde apenas um elemento representa a geração dos pais, dado que, a família segundo Amaro (2014, p.77) é “constituída por um dos pais e seus filhos”, sendo que normalmente se destacam as mães solteiras que ficam com os seus respetivos filhos.

Cada vez mais se verifica que as crianças ao longo do seu crescimento precisam da presença e do apoio dos seus progenitores. O facto muitas das vezes manifestarem relação com um deles, pode ter repercussões no desenvolvimento psicológico e social. Tendo em conta que é difícil apenas um progenitor sustentar os filhos acresce o facto da instabilidade económica, o que pode condicionar a inserção social.

Existem ainda famílias unipessoais, “constituídas por apenas uma pessoa, que podem ser pessoas solteiras, viúvas ou divorciada” (Idem, p.76). A probabilidade deste modelo de familiar aumentar é bastante grande, face ao descrédito nas relações podem optar por ter filhos de uma forma independente, abdicando da presença do outro progenitor.

1.2.6.- Família homoparental

Por último e não menos importantes, as famílias homoparentais que são constituídas por duas pessoas do mesmo sexo, que podem ser duas mulheres ou dois homens, com filhos biológicos de cada membro do casal ou sendo mesmo adotados, visto que em Portugal já é legal, desde 2015.

Relativamente à homoparentalidade existem várias formas de organização familiar dentro deste tipo, sendo que está inserido numa realidade em que o preconceito e a discriminação se acentuam bastante. O problema dos filhos com pais homoparentais surge, pois colocam-se questões relativas à adaptação psicológica, à possibilidade da tão abordada discriminação e ao desenvolvimento psicossocial. No que concerne, à adaptação psicológica, para Fernandes e Maia (2015, p.81) “as avaliações do comportamento das crianças, efectuadas pelas próprias, pelas suas mães/pelos seus pais e pelos/as professores/as, não revelaram diferenças significativas entre as famílias hétero e homoparentais”.

Ainda dentro desta temática e recorrendo novamente a Fernandes e Maia (2015, p.102) “as crianças educadas em contexto homoparental percebem de modo mais positivo a qualidade da relação com as mães e apresentavam um melhor desempenho escolar”, relativamente à existência de discriminação, “as crianças e os/as jovens provenientes de famílias homoparentais não eram mais discriminados/as do que os/as educados/as em contexto heteroparental”. Não quer dizer que esta estrutura familiar eduque ou oriente mais ou menos bem os seus filhos, são as famílias que fazem a sociedade e a sociedade que faz as famílias.

1.3- DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL

1.3.1.- Desenvolvimento emocional da criança

As crianças crescem e podem tornar-se adultos saudáveis em todos os tipos de situações, quer seja como filhos únicos, em famílias monoparentais, famílias grandes, com o pai e a mãe a trabalharem em período integral ou em lares de adoção. As estruturas familiares diferem tanto entre culturas como no interior de cada cultura, e as crianças podem desenvolver-se saudavelmente nos mais diversos ambientes.

Muitas dessas estruturas são afetadas com ciclos de vida marcantes, que acabam por provocar alterações no desenvolvimento da criança, nomeadamente no desenvolvimento emocional da mesma,

“a personalidade da criança constrói-se num contexto histórico extremamente complexo, em que os protótipos inconscientes das personagens que modulam a maneira pela qual o indivíduo apreende o outro e o mundo exterior são constituídos por imagens parentais e fraternais, produzidas pelo ambiente familiar” (Lieberman, 1987 p.37).

Segundo Papalia (2009, p.7) “o desenvolvimento da criança está voltado para o estudo científico de seus processos de mudança e estabilidade (...) observam a maneira como as crianças mudam desde a concepção até a adolescência, bem como as características que permanecem relativamente estáveis.

Para Smith, Cowie e Blades (1998, p.31), o desenvolvimento refere-se “ao processo segundo o qual uma criança, um feto ou, falando de um modo geral, um organismo (humano ou animal), cresce e se modifica ao longo do seu período de vida.”

Papália (2009, p.229) analisa que “a capacidade de entender e controlar, ou dominar, os sentimentos é um dos principais avanços (...) crianças que conseguem entender as próprias emoções são mais capazes de controlar a maneira como as demonstram”. Na idade pré-escolar as crianças já começam a conseguir distinguir as suas emoções, “são capazes de discernir os sentimentos dos outros e entendem que as emoções estão conectadas com experiências e desejos” (Idem, 2009, p.299).

O período em que as crianças dos três aos sete anos se situam é denominado período edipiano, “uma criança mergulhada em pleno drama edipiano exprimirá desejos hostis a um ou a outro dos pais, em função de uma situação puramente imaginária, sem que eles reflitam forçosamente uma situação real” (Lieberman, 1987, p.64).

Certamente que as crianças começam a tentar compreender as emoções em torno de si mesmas, emoções como “culpa, vergonha e orgulho (...) adquirem autopercepção a aceitam os padrões de comportamento que os seus pais estabelecem” (Papália, 2009, p.300).

É importante que as pessoas que convivem com as crianças, vivam ou trabalham com as mesmas, não esperem que o seu desenvolvimento emocional siga uma linha reta. Como afirma Melo (2005, p.30) existem marcos no desenvolvimento emocional da criança, desde o nascimento até à idade pré-escolar. Cita este autor, que dos zero aos doze meses, “é neste período que a criança através da exposição às expressões emocionais dos outros começa a aprender as relações existentes entre as emoções e o comportamento.” Já na fase dos dois aos cinco anos a autora realça que “há um grande aumento da capacidade da criança para nomear emoções” (2005, p.33).

Melo realçou ainda um estudo realizado em 2002 por Lagattuta e Wellman, onde as crianças dos dois aos cinco anos e os seus pais, apresentavam um vocabulário mais rico para emoções negativas do que para emoções positivas. Para Volpi (2006,

p.7) a partir dos cinco anos, “a criança vai encontrando a sua própria identidade e conseguir chegar nessa etapa sem bloqueios ou fixações (...)”.

É ainda na idade pré-escolar que a criança desenvolve novas formas de se relacionar com os outros e de se expressar. Para Gottman e DeClaire (1999, p.202) “nas relações com o seu grupo de colegas (...) as crianças têm todas as oportunidades para desenvolver as suas capacidades de contacto de emoções. É nessa altura que elas aprendem a comunicar com clareza, a trocar informações e a esclarecer as suas mensagens, se estas não forem compreendidas (...) começam a saber ser compreensivos em relação aos seus sentimentos, aos desejos e anseios das outras pessoas (...)”. O desenvolvimento emocional permite aumentar os relacionamentos e gerir possibilidades de afetos entre pessoas.

A compreensão das emoções para Cardoso e Carmona (2011, p.12) “não pode ser subestimada já que é a base de competências emocionais mais confusas como a regulação emocional (...) ao mesmo tempo que as competências sociais também proporcionam o desenvolvimento emocional”.

Ao analisar todos estes estudos do desenvolvimento emocional da criança verifica-se que existe a coerência de que esse processo é resultado de um somatório de experiências, de interação com os adultos em cujo núcleo a criança está integrada, de alterações sociais e afetivas pelas quais possa passar e de evolução da consciência das suas emoções e de como geri-las.

1.3.2.- Inteligência emocional

Depois de abordado o desenvolvimento emocional, faz todo sentido pesquisar e abordar teoricamente a inteligência emocional. Segundo Goleman (2002, p.22) “o conceito de inteligência emocional proporciona uma maneira de compreender a personalidade individual e o comportamento social”.

Entende-se por inteligência emocional o perceber o que os outros tentam fazer ou requerem de nós, enquanto indivíduos. Inclui o entendimento dos meios que os outros usam para realizarem os seus objetivos. Como seres humanos, pensamos e sentimos e essas duas particularidades completam-se, pois não conseguimos fazer uma coisa sem a outra. Para Martin & Boeck (1997, p.31) “para podermos compreender e interpretar o que nos rodeia necessitamos de ambas as coisas: a inteligência racional (...) e o mundo das emoções (...)”.

As nossas emoções guiam-nos quando enfrentamos situações desafiadoras que não são deixadas apenas ao intelecto. Goleman faz várias vezes referência ao papel importante que as emoções têm na nossa vida, “guiam-nos quando temos de enfrentar situações e tarefas demasiado importantes” (2012, p.26). Ainda o mesmo autor garante que a inteligência emocional “inclui o autocontrolo, o zelo e a persistência, bem como a capacidade de nos motivarmos a nós mesmos” (2012, p.20).

É primordial que o educador de infância tome conhecimento do desenvolvimento das emoções nas crianças e que proporcionem actividades com base nos conhecimentos que elas possuam. Este deve ainda “sentir e expressar emoções e reconhecer o que os outros sentem, para compreender e regular as próprias emoções (...) ter consciência da sua vida emocional e dos outros” (Navarro, Enesco & Guerrero 2003, p. 171) ou seja, usar empatia com a estrutura emocional da criança.

Situações difíceis, como o divórcio, podem afetar em certos casos a dinâmica emocional de uma criança, sendo que como afirma Liberman (1987, p.114) “o carácter de cada criança é formado por um conjunto estrutural de traços e de comportamentos específicos (...) que lhe permitem atravessar, geralmente sem se molhar demasiadamente, as nuvens das dificuldades de existência”.

Com isto, podem surgir sintomas neuróticos, que variam de criança para criança com graus de intensidade diferente, podem surgir problemas como angústia “ (...) sobre um fundo de instabilidade emocional permanente (...)”, fobias “ (...) a criança que sofre de fobias torna-se medrosa (...)”, obsessão “ (...) vê por todo lado imagens de pesadelos (...)”, histerias “ (...) por vezes tem crises de nervos, cada vez mais espectaculares e impressionantes (...)” , pode ainda surgir situações de sonambulismo, “bode expiatório”, distúrbios alimentares, entre outros (Idem, pp.114-117).

1.4.- DIVÓRCIO

1.4.1.- Conceito

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (2002), em Portugal cerca de um em cada dois casamentos termina em divórcio e em 67% dos casos existem filhos. A dissolução do matrimónio representa uma mudança considerável nas possibilidades

dadas aos indivíduos, Dias (2015, p.45) afirma que “o casamento e o divórcio em Portugal a partir dos anos 1960, os afetos passaram a ocupar um lugar central no casamento e na família.” Em Portugal entre 2001 e 2011, o número de divórcios por cada cem casamentos duplicou de 32,3% para 73,7%. (INE, Censos de 2001 e 2011)

As estruturas familiares variam ao longo dos séculos e a história reteve somente alguns deles, do qual faz parte o divórcio que consiste “na dissolução do casamento por vontade de pelo menos um dos membros do casal” (Amaro, 2014, p.141).

Considera-se o divórcio como uma “válvula de escape para as tensões que surgem inevitavelmente do facto de duas pessoas terem de viver juntas.” Existem assim diversas razões que podem levar ao divórcio, dependendo das culturas e das épocas. Como afirma Amaro (2014, p.143) “cada família é, assim, um sistema com características próprias quer no que respeita à estrutura, como por exemplo existirem ou não filhos pequenos, quer no que respeita à interação com a rede de parentes e os seus valores e atitudes”.

O processo de divórcio passa por diversos estádios, “desde a descoberta do problema, à sua exposição ao parceiro, a algum tipo de negociação que pode chegar a algum tipo de resolução ou então à cisão mais ou menos a curto ou a longo prazo” (Oliveira, 2002, p.87). Baseando-se este estudo numa amostra de pais que estavam casados oficialmente, não é de descurar que numa separação de pais em união de facto afete de igual modo as crianças em causa, dado que a separação dos dois é o factor primordial para a criança.

1.4.2.- Causas

Existem no entanto algumas causas que podem levar ao surgimento do divórcio, como a esterilidade do casal, infidelidade de um dos cônjuges, incompatibilidade, saturação da vida de casal, alterações no casamento e na vida emocional, insatisfação quanto à vida sexual, falta de amor e violência doméstica. “O *stress* crónico é um fator de vulnerabilidade na ocorrência de conflitos, os quais podem ser minimizados, no caso de existir um apoio familiar positivo” (Amaro, 2014, p.144).

Sendo que também poderá surgir devido ao desenvolvimento económico “o aumento da esperança média de vida e o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho” (Idem, 2014, p.148). Este processo é um caminho complicado, com várias etapas, “progressivamente o modelo de família tradicional, formado por pai,

mãe (geralmente unidos pelo casamento) e filhos, foi posto de lado, e esse facto tem gerado mudanças também ao nível da educação dos mais novos” (Fernandes & Maia, 2015, p.63).

Essas etapas podem ser complicadas para o adulto e para os seus filhos, desde a rutura de comunicação entre ambos os progenitores, *stress* permanente, isolamento, monotonia e aborrecimento, entre outros.

1.4.3.- Consequências

O divórcio traz sempre consequências na vida dos adultos e das crianças, dependendo da forma como os progenitores gerem a situação e da forma como a transmitem e explicam à criança.

Para o adulto, situações de conflito como consumos de drogas, álcool, depressões, violência doméstica podem ser agravadas durante este processo provoca comportamento inadequados que recaem sobre a criança, que é a mais afetada no meio deste conflito. “A sua imaturidade cognitiva não lhes permite compreender completamente a situação (...) perante a súbita mudança que opera na família, é normal que a criança se mostre apreensiva” (Idem, 2015, p.65).

Nesta fase, a criança transborda vários sentimentos, que podem ir desde a raiva, “que pode estar direccionada para os objectos, o próprio, ou para os pais”, o ciúme que é bastante sentido quando “o pai ou a mãe arranja um/uma namorado/a,” o medo principalmente da perda, “da perda do amor dos pais, da exclusividade nos seus corações quando tem de dividir o espaço e carinho por outros irmãos”, o silêncio que surge “porque a criança tem medo de ser magoada de novo, ou porque que evitar qualquer contato com os pais, devido a um ressentimento face a estes” (Fernandes & Maia, 2015, p.65).

Segundo Brazelton e Sparrow (2003, p.349) o desempenho e acompanhamento dos pais é fundamental e na idade pré-escolar é importante que respeitem a necessidade de cada criança em relação aos seus pais, devem sobretudo “planear cuidadosamente e nunca prometer uma visita se esta não puder ser cumprida”, exprimir os seus sentimentos sempre que torna a ver a criança, salientando as saudades, sobretudo a criança precisa sentir que apesar de tudo os progenitores

ainda se dão bem, “o afecto conquistado à custa do outro genitor não irá ajudar a criança”.

Embora possam fazer esforços neste sentido, e os pais tentem ter uma atitude correta, a criança tem dificuldades em perceber o que sente, e muitas das vezes tem atitudes regressivas, voltando a ter medos ou pesadelos. Estas consequências podem ser prevenidas, segundo a Direção Geral de Saúde, em situações de divórcio os pais devem estar atentos às diferenças dos filhos, tentando diminuir a pressão que recai em cima deles. A criança deve sentir que continua a ter um papel importante na vida dos pais. Para isso nenhum dos dois deve pedir à criança que tome partido de algum dos lados, nem pedir informações à criança acerca do seu ex-cônjuge e muito menos tornar a criança o mensageiro entre eles.

1.4.4.- O divórcio e a criança

Dependendo da forma como os membros da família lidam com a situação do divórcio, as crianças podem ou não sentir que é uma situação negativa. Como afirmam Taborda e Ataíde (2001, p. 249) “o problema não está no divórcio em si, mas no divórcio mal sucedido”, para as crianças importa a forma como os pais gerem esta situação e as dificuldades que daí advêm.

Ainda que a criança não veja o divórcio de forma negativa, esta rutura entre os pais afeta e modifica a sua vida, visto que esta passa menos tempo com um dos progenitores, se o outro possuir a sua guarda, sentindo saudades, sentindo a falta e a necessidade de ter os dois ao seu lado. É muito importante a forma como a situação é abordada com a criança, dependendo sobretudo da sua faixa etária.

Como referido, quando os pais se divorciam ocorrem várias mudanças na vida da criança, esta nem sempre consegue compreender a situação, logo o seu bem-estar e o seu comportamento podem sofrer alterações. Segundo Charlish (2001, p.45) existem quatro fases pelas quais as crianças passam num processo de divórcio dos seus progenitores, “a primeira é a negação ou recusa da realidade, a segunda é o choque, a raiva e o conflito, a terceira a tristeza e a quarta a aceitação”.

As crianças que passam por situações de perda, situações difíceis, sendo que o processo divórcio pode ser considerado difícil, têm de aprender a controlar as suas próprias emoções, algo que não é fácil para crianças, sobretudo as mais pequenas. Emoções como o medo da perda e a tristeza, são emoções que fazem parte de nós e

não podemos simplesmente desligar um botão para elas desaparecerem. Devemos então aprender a controlar essas emoções, mas só depois de as reconhecermos. A tristeza e os estados de espírito depressivos são reações de adaptação a mudanças, o facto de a criança conseguir ou não ultrapassar melhor esta fase depende de cada um, da sua maneira de ser e da sua capacidade de aceitação. Se o controle das emoções é difícil para os adultos muito mais será para as crianças.

Perante o DEC.LEI nº 61/2008 de 31 de Outubro, no artigo 1901º, relativo às responsabilidades parentais na constância do matrimónio, “os pais exercem responsabilidades parentais de comum acordo, e, se este faltar em questões de particular importância, qualquer um deles pode recorrer a tribunal, que tentará a conciliação (...) se a conciliação referida não for possível, o tribunal ouvirá o filho, antes de decidir (...)”.

Tratando-se de adolescentes, por vezes o seu desenvolvimento cognitivo permite que estes já consigam compreender a situação, ou que pelo menos se coloquem à parte destes assuntos, sendo que com as crianças mais pequenas o mesmo não acontece. “Os filhos do divórcio” ou simplesmente “as crianças do Jardim de infância com pais divorciados”, requerem mais cuidados e que o assunto seja tratado de uma forma mais pacífica, para que esta não se insira numa situação problemática, pois a criança passa a ser o elo mais fraco e a “arma” que serve para atingir o ex-cônjuge.

Um progenitor pode engendrar estratégias para evitar que a criança tenha contacto com o outro, que poderá ser físico ou mesmo através de um telefonema, correio, o que pode levar a criança a ficar tão magoada e desiludida que pouco a pouco os laços afetivos vão enfraquecendo.

Acima de tudo, deve-se pensar nas crianças que sofrem com toda esta separação, que deixam de estar com ambos os progenitores, para muitas das vezes passarem a possuir duas casas, duas vidas, “apesar de ser diversificado o impacto dos conflitos parentais sobre os filhos, eles causam sempre perturbações quer a nível de personalidade quer de educação” (Oliveira, 2002, p.92).

No artigo 1906º referente ao DEC.LEI nº 61/2008 de 31 de Outubro, face ao exercício das responsabilidades parentais em casa de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento, “as responsabilidades parentais relativas às questões de particular importância para a vida do filho são exercidas em comum por ambos os progenitores (...) salvo nos casos de

urgência em que qualquer dos progenitor pode agir sozinho, devendo prestar informações ao outro logo que possível.

Nesta etapa stressante para a criança, os pais devem tranquilizá-la, estar disponíveis para a escutar e livrá-la de preocupações. As mudanças bruscas de rotina devem ser evitadas, visto que a rotina dá estabilidade e segurança à criança. “Se os pais conseguirem conversar e entenderem-se em relação aos filhos, estes conseguirão ultrapassar este período de crise com o mínimo de ansiedade e perturbação.”

A forma como a criança vai compreender o divórcio dos pais e o significado que lhe dá, pode fazê-la sentir-se culpada, revoltada ou ansiosa. É fundamental, que os pais e toda a família lhe dêem apoio durante e após esta fase. Neste sentido, se houver atitudes regressivas, a criança apresenta também sentimentos de perda, revolta, agressividade, sentimentos de abandono, encontrando-se muitas vezes dividida por dentro, pois é muito complicado para esta pensar que terá de tomar partido de um dos pais.

Já que em muitas das situações o divórcio não pode ser evitado, pelo menos não deveria ser um processo destrutivo tanto para o casal em questão, como para a(s) criança(s) que advêm desse matrimónio. Segundo Castellan (1993, pp. 181-210), existem “tantas formas de divórcio quantas as formas de casamento, não se podendo generalizar as situações, antes tentando compreender caso a caso e se possível ajudar a ultrapassar a situação de crise e de risco (...)”.

Verificando-se então, que as situações de divórcio podem gerar confusões nas crianças, devem então ser os progenitores a acalmar os seus filhos e mostrar-lhes como superar esta situação de mudança familiar, que pode assustá-los. Segundo Miller (2008, pp-93-94), “o divórcio não é um problema ou evento único”, ou seja, é algo prolongado que pode começar com pequenas discussões e mais tarde levar à separação, e mesmo à disputa pelos filhos. “As famílias que passam por um divórcio geralmente sentem um certo grau de dor e tensão (...)”, tanto em casa como na escola, todos devem ter em atenção os comportamentos da criança, “quando os pais não se dão bem, pode ser difícil resistir a fazer comentários negativos sobre o outro para os professores (...)”.

No início do conflito que leva à rutura, as crianças começam a temer que os pais parem de as amar, não conseguem separar o casamento dos progenitores com o amor que têm por si, sentindo-se abandonadas, mais temerosas e inseguras. Ainda

citado por Miller (2008, p.95) “ao lidar com conflitos, as crianças muitas vezes imitam as atitudes das pessoas que as rodeiam”.

Muitas destas emoções são manifestadas através da ansiedade que vai influir no desenvolvimento infantil pois perturba a sua estabilidade. Quando o divórcio se torna algo definitivo, os progenitores “irão decerto arrepende-se da tensão que a criança testemunhou” e devem ter em conta a criança e fazer de tudo para que esta não se sinta culpada pela situação. (Brazelton & Sparrow, 2003, p.349) Em qualquer caso de divórcio, os filhos devem ser a prioridade na forma de gerir a mudança ainda que esta se faça de forma pacífica e amigável.

1.5.- A FAMÍLIA APÓS O DIVÓRCIO: FAMÍLIAS QUE SE INVENTAM PARA AS CRIANÇAS

Após o divórcio pode haver reconciliação entre os progenitores ou o começar de um novo caminho. Quando os progenitores seguem as suas vidas e iniciam novos relacionamentos com outros parceiros, para as crianças nem sempre é fácil compreenderem essas mudanças, “os namoros dos pais podem causar sentimentos de ciúme e ressentimento no outro cônjuge” (Miller, 2008, p.103).

Outro ponto importante foca-se na reconciliação dos progenitores, porque apesar das tentativas para que tudo corra bem, nem sempre acontece e aí recomeça “o processo de separação e decepção, que passa pelo isolamento (...) ruptura de comunicação (silêncio agressivo ou indiferente)” (Oliveira, 2002, p.88).

Quando não há reconciliação e um dos progenitores opta por ter um segundo casamento, muitas das vezes a criança pode ter a fantasia de que os seus pais farão as pazes, mas o novo parceiro pode cortar essa esperança e daí o facto de se sentir traída, magoada e guardar rancor ao novo companheiro do seu progenitor.

Normalmente, quanto menor for a criança quando existir um novo casamento, melhor será a sua adaptação a essa nova realidade, Como afirma Miller (2008, p.103) “cada família nova desenvolve a sua própria dinâmica”, pois todas as famílias passam por problemas. Quando tudo acalma há que tentar que as coisas voltem à normalidade para que a criança consiga criar laços afetivos com o novo membro da família. Com o passar do tempo, a criança começa a modificar o seu ponto de vista.

Outro motivo recorrente após o divórcio pode surgir do facto de a criança “querer gostar do padrasto ou da madrasta, mas a sua lealdade para com os pais biológicos pode causar sentimentos de culpa e confusão” (Idem, 2002, p.103). O medo das novas famílias que os pais podem ter, também surge nesta fase, a criança sente-se retraída e com medo que deixem de gostar dela para passar a gostar mais da família que o novo parceiro tem ou que poderão vir a ter em conjunto.

“Nenhuma família está imune à conflitualidade conjugal, às dificuldades ou circunstâncias que possam comprometer o seu bem-estar e de todos os elementos que a constituem. Parece no entanto ser especialmente a nível afectivo e relacional que o divórcio provoca impactos importantes na família e exige dos seus elementos (...) um trabalho de ajustamento a uma nova realidade familiar” (Fernandes & Maia, 2015, p.205).

Tanto na escola como em casa há cuidados que se devem ter para que a criança não se sinta deprimida, com auto-estima baixa, para não apresentar comportamentos agressivos, regredir, isto é, voltar a fazer coisas que faziam quando ainda eram mais pequenas, para que a criança se sinta o mais confortável possível. Na escola todos devem trabalhar em equipa, “o pessoal encarregado deve estar ciente do arranjo de vida da criança e de outros detalhes da situação familiar”, sendo que a confidencialidade é um ponto fulcral neste processo, para que nada possa afetar o comportamento da criança (Miller, 2008, p. 105).

Ao lidar com a criança deve-se sobretudo oferecer segurança, para que esta se sinta protegida, devem assim os educadores promover atividades em que possam estar todos juntos, atividades em grande grupo, para que a mesma consiga integrar-se no grupo e se valorizar. Essas atividades podem incluir teatros de fantoches onde a criança extrapola o mundo da fantasia e releva assim os seus sentimentos de rejeição, ciúme e insegurança. A escola e a família devem trabalhar em cooperativamente nesta segurança e desenvolvimento da auto-estima, tendo em vista o resgate da estabilidade emocional da criança.

Citado por Fernandes e Maia (2015, pp. 208-210), a mediação surge como um método de gestão de conflitos e pode ser uma alternativa para a fase do pós divórcio, “o mediador, sem poder de decisão, facilita que as partes construam respostas colaborativas nas discrepâncias que as separam e alcancem consensos através do diálogo (...)”, é uma estratégia de intervenção na família, sendo que “promove

espaços de comunicação (...) transformação da forma de compreender, narrar, gerir o conflito familiar (...) acompanhamento no processo de gestão do seu próprio conflito”.

Sabendo que os divórcios “causam sempre perturbações quer a nível de personalidade quer de educação” é possível apaziguá-los com a colaboração de todos os adultos. (Oliveira, 2002, p.92) Muitas das vezes o processo de pós-divórcio não é pior que o durante, sendo que depende de caso para caso. “Em particular quanto às consequências do divórcio nas crianças, pode concluir-se que há maior consulta de crianças com pais divorciados nos serviços de saúde mental, sendo mais difícil a construção da própria identidade (...)” (Idem, 2002, p.94).

1.6.- CONTRIBUTO DE ALGUNS ESTUDOS SOBRE A TEMÁTICA

Para a realização deste relatório de investigação foi necessária a pesquisa de alguns estudos já realizados de forma a sustentarem o presente relatório.

Carolina Santos, entre 2008 e 2009, investigou como é que as crianças que passam pelo divórcio dos seus pais se podem ajustar emocionalmente. Para esta investigação foram realizadas entrevistas a uma mãe divorciada e a filhos cujos pais se divorciaram e estes eram ainda crianças. Através dos resultados, concluiu que o ajustamento dos filhos pode ser influenciado por alguns fatores que podem ser facilitadores ou inibidores do processo. Dentro desses fatores, pode estar a idade da criança, a forma como esta lida com o divórcio, as suas características pessoais, entre outras.

Outros estudos foram realizados no âmbito desta temática, com foi o caso de Marta Schwingel e Carolina Carvalho (2010), que se centraram na criança e na família e na relação de parentalidade numa situação de divórcio. O objetivo foi compreender como a parentalidade é vivida pelos pais após o divórcio. Esta investigação foi realizada a seis ex-casais seleccionados e foram colocadas questões acerca da relação de parentalidade e do dia-a-dia da criança. Os resultados demonstraram que os pais preocupam-se mais com as consequências psicológicas do divórcio, revelando ser mais difícil cuidar e educar um filho durante e após este processo.

Também em 2010, Ana Martins, estudou a vivência do processo de divórcio parental na perspetiva dos filhos, tentando perceber que repercussões apresentariam a nível pessoal e escolar. Nesta investigação participaram treze filhos de pais

divorciados com idades compreendidas entre os doze e os quinze anos. Os resultados demonstram que o processo de divórcio é vivenciado pela criança com algum desajuste, as principais repercussões são ao nível do isolamento, depressão, ansiedade, problemas sociais, problemas de atenção, comportamento delinquente, tristeza, a incerteza face ao futuro e a diminuição do rendimento escolar.

Souza (2013) realizou um estudo pela necessidade de conhecer melhor os impactos causados pelo divórcio no processo escolar da criança, com o objetivo de compreender a importância da estrutura familiar e as repercussões que o divórcio pode ter ou não na aprendizagem da criança. Foram entrevistados dois irmãos, com treze e cinco anos e a mãe de ambos que se encontrava divorciada. Após concluído, verificou-se, que apesar de ser cada vez mais comum, durante este processo as crianças devem ser assistidas por profissionais da psicologia de forma a orientarem os pais e os filhos. A intervenção da escola foi fundamental na ajuda e relevante na escolha de estratégias para acolher os dois irmãos.

Trindade e Molinari (2011), procuraram investigar sobre o divórcio “do processo psicológico do luto e dos efeitos nas crianças”. Concluíram que no fim de todo o processo de divórcio há necessidade de olhar e compreender que este conflito não envolve apenas adultos, como também as crianças. Realçam ainda que a psicologia e o direito fazem ambas partes de todo o processo de divórcio.

Bianchessi (2013) concretizou um estudo que pretendia conhecer as características das crianças que viveram o divórcio dos seus progenitores e quais os problemas de comportamento que podem surgir. O estudo foi realizado com quarenta crianças e adolescentes com idades entre os onze e os catorze anos. Os resultados demonstraram que a maioria das crianças considera que a família que tem é capaz de se adaptar às dificuldades e que os jovens apresentam um valor baixo na auto-avaliação de diversos problemas de comportamento.

Santos (2013), realizou um estudo sobre os “Efeitos do divórcio na família com filhos pequenos”, sendo que o objetivo principal era estudar os casais que enfrentam o divórcio, entendendo como a atitude e a comunicação desta vivência pode influenciar a vida afetiva dos filhos pequenos. As leituras realizadas permitiram concluir que as alterações afetivas na vida dos filhos provocadas pela vivência do divórcio dos pais são intensas e duradouras, comprometendo seus relacionamentos futuros e demais condições emocionais.

No estudo de Melo e Miccione (2014), sobre as consequências do divórcio dos pais sobre o desenvolvimento infantil, o objetivo passava por descrever as consequências do divórcio dos pais e de que forma influenciavam o desenvolvimento das crianças. As leituras realizadas com o trabalho permitiram deduzir que o trabalho do terapeuta na psicoterapia cognitiva-comportamental utiliza técnicas que tendem a diminuir os sintomas apresentados pelas crianças. Daí que essas técnicas incidam no carácter afectivo, escolar e social, ajustando-as ao impacto do conflito conjugal para cada caso.

Vanda Trindade (2014), investigou de que forma o divórcio dos pais pode ou não influenciar negativamente o desenvolvimento das crianças. O ponto fundamental desta investigação centrou-se na comparação entre crianças com pais divorciados e crianças com famílias nucleares. Foram entrevistados Encarregados de Educação de crianças e adolescentes entre os quatro e os dezoito anos e trezentos alunos com pais divorciados, entre os doze e os dezoito anos. Os resultados mostraram que o divórcio tem influências negativas na vida dos filhos, embora haja ainda discordâncias quanto à duração e à severidade desta influência.

Apesar de alguns estudos incidiram nos adolescentes, há ponto que estão directamente relacionados com as crianças e com o seu desenvolvimento. Estes estudos ajudam a compreender melhor a forma como as crianças lidam com o processo de divórcio dos pais, pois essa mesma forma pode estar relacionada com o desajuste que podem sentir. As crianças que passam por esta fase podem sofrer de depressões, problemas sociais, problemas de comportamento e tanto os pais como a escola devem ajudá-las nestas situações.

É fundamental que, a experiência do divórcio seja vivida pelo casal que a enfrenta de forma equilibrada, com maturidade e respeito, para que sejam amenizadas as consequências emocionais desta vivência que pode causar danos a todos, há que ter em conta que este processo não é só vivido pelos adultos.

2.- METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO

2.1.- O PAPEL DO INVESTIGADOR

Como afirmam Quivy e Campenhoudt (1998, p.15) “primeiro o estudo dos terrenos e depois a perfuração”, primeiramente deve-se analisar e conhecer a população em questão para mais tarde aprofundar a temática. O investigador explica os seus interesses e tenta que os sujeitos cooperem consigo o que nem sempre é uma possibilidade, gerindo conflitos e contratempos no trabalho do mesmo.

O papel do investigador deve conter um pouco dos dois mundos, “por um lado, entra no mundo do sujeito (...) por outro continua a estar do lado de fora” (Bogdan & Biklen, 1994, p.113). Impõe-se a questão sobre o papel do investigador face às atividades da Instituição, no primeiro dia fica sempre um pouco de fora para se sentir aceite no grupo em questão, “há medida que as relações se desenvolvem vai participando mais” (Idem, 1994, p. 125).

O investigador quando observa tende a “infiltrar-se” tanto no terreno que por vezes escapam situações importantes. Situações estas, que poderiam ser exploradas se existisse um distanciamento entre as emoções do investigador e o que realmente lhe interessa observar, segundo Sarmiento (2001, p.75), “o distanciamento que o sujeito faz do que era seu e a reaproximação do que lhe pertence (...) permitindo-lhe assumir uma posição mais segura (de adesão ou de conforto) face ao todo social em que se integra.” Abandonar o campo não é fácil, “em vez de acabar esta parte abruptamente, muitas pessoas tornam mais fácil a sua saída, passando por ir com menos frequência até que acabam por não voltar” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 144).

Para a responder à pergunta de partida surgiu a necessidade de estipular objetivos que a sustentem, visto que a educadora acompanha este grupo de quatro anos desde a creche, logo, é pertinente saber a sua perceção acerca das crianças com pais separados e se o divórcio tem algum impacto na relação criança-criança. Neste sentido, é importante ainda compreender a perceção de alguns pais face ao comportamento emocional dos seus filhos durante e após o processo de divórcio.

Escolhida a temática a trabalhar decorrente da observação efetuada delineou-se este estudo determinado em função das metodologias, que conduziu à seleção dos sujeitos bem como dos instrumentos ao longo da investigação.

Neste processo, a recolha de dados consistiu “em colher de forma sistemática a informação desejada junto dos participantes, com a ajuda dos instrumentos de medida escolhidos para este fim” (Fortin 1999, p.261). O processo passou por diversas fases, foi tendo os ajustes necessários em função dos dados, da observação que foi emergindo e do confronto com a revisão da literatura.

Mês	Tarefa
Outubro de 2015	-Escolha da Temática -Revisão da Literatura
Novembro de 2015	-Continuação da revisão da literatura -Escolha de tópicos a abordar
Dezembro de 2015	-Redação do enquadramento teórico
Janeiro de 2016	-Redação do plano de investigação
Fevereiro de 2016	-Formulação da metodologia -Formulação de métodos e técnicas
Março de 2016	-Elaboração dos guiões
Abril de 2016	-Continuação da formulação da metodologia
Mai de 2016	-Recolha de dados -Análise e tratamento de dados
Setembro de 2016	-Continuação da análise e tratamento de dados
Outubro de 2016	-Reformulação da metodologia
Novembro de 2016	-Continuação da reformulação da metodologia -Enriquecimento da revisão literária
Dezembro de 2016	-Continuação do enriquecimento da revisão literária
Janeiro de 2017	-Reformulação e conclusão da redação do plano de investigação
Fevereiro de 2017	-Conclusão da redação do relatório de investigação

Tabela 1. Cronograma de investigação

2.2.- PERTINÊNCIA DA TEMÁTICA EM ESTUDO

Antes da criança ter contacto com a escola, esta já se socializa e interage primeiramente com a família, daí que seja importante compreender se as crianças com pais divorciados apresentam ou não diferenças no seu desenvolvimento emocional face a crianças com outros tipos de estruturas familiares.

Cada vez mais surgem novas estruturas familiares e os futuros educadores de infância devem saber como lidar com essas novas realidades, adaptando-se a cada situação específica, porque os seres humanos não são todos iguais e reagem de formas diferentes a determinadas situações. Deste modo, cada vez mais a relação escola-família torna-se um ponto fulcral, uma vez que esta realidade está cada vez mais patente no dia-a-dia das crianças, sendo necessário investigar ainda mais sobre as novas estruturas familiares para dar respostas às necessidades das mesmas.

Dentro da temática estabelecida, os casos de divórcio são cada vez mais recorrentes e deixam tanto progenitores como filhos em situações difíceis de adaptação. Neste sentido revelou-se pertinente observar e estudar a realidade de algumas crianças que integravam o grupo onde realizei o estágio profissionalizante na valência de jardim de infância. Constatou-se que existiam algumas famílias onde as crianças apenas viviam com um dos progenitores, por consequência do divórcio. Foi fundamental perceber até que ponto isso pode ou não ter repercussões no desenvolvimento emocional da criança, face aos adultos e face à relação com outras crianças.

2.3.- PERGUNTA DE PARTIDA E OBJETIVOS

Para iniciar a investigação é fundamental a elaboração de uma questão de partida, isto é, “procurar enunciar o projeto de investigação (...) através da qual o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura, saber, elucidar, compreender, melhorar (...)” (Quivy & Campenhautd, 1998, p.32).

Esta questão serve de fio condutor e auxiliar, depois de definirmos o tema para realizar o enquadramento teórico é necessário aumentar conhecimentos sobre o mesmo, e elaborar a questão, que neste caso é: “Até que ponto o divórcio tem ou não repercussões no desenvolvimento emocional da criança?”.

Com a criação da pergunta de partida surgiu na necessidade de lhe dar respostas, levando assim a cabo o processo de investigação. Nessa linha, foi necessário estipular os seguintes objetivos que a sustentam:

- perceber se existe uma relação direta entre o desenvolvimento emocional da criança e o divórcio dos seus pais;

- perceber o impacto da situação de divórcio na interação criança-criança.

2.4.- ESTUDO DO CASO

Salienta-se que um estudo de caso é um método de investigação que visa a recolha e análise de materiais em locais específicos. Segundo Bodgan e Biklen (1994, p.89) um estudo de caso "(...) consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma fonte de documentos ou de um acontecimento específico".

Neste sentido, os sujeitos de estudo serão constituídos por encarregados de educação em situação de divórcio e pela profissional de educação que acompanha as crianças, "um caso pode ser algo bem definido ou concreto, como um indivíduo, um grupo ou uma organização, mas também pode ser algo menos definido ou definido num plano mais abstrato como, decisões, programas, processos de implementação ou mudanças organizacionais" (Meirinhos & Osório, 2010, p.51).

3.- ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

3.1.- DADOS REFERENTES À ANÁLISE DAS FICHAS DE ANAMNESE

Para Sousa (2009, p.88), a análise documental caracteriza-se pelo “procedimento indireto de pesquisa, reflexivo e sistemático, controlado e crítico, procurando dados, factos, relações ou leis sobre determinado tema, em documentação existente”.

Segundo as Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar (2016, p.28) “os pais/famílias e o estabelecimento de educação pré-escolar são dois contextos sociais que contribuem para a educação da mesma criança; importa, por isso, que haja uma relação entre estes dois sistemas”.

Para compreender o contexto familiar onde as crianças do grupo dos quatro anos estão inseridas, torna-se fulcral analisar as fichas de anamnese de todas as crianças da sala. A análise desses mesmos dados foi registada em forma de gráficos, como adiante se evidencia. Ao longo dos tempos, o conceito de família tem vindo assumir diferentes definições, mas é necessário entender não só a dimensão cultural e social, mas também a sua dimensão económica. A família é considerada a primeira instituição social, em conjunto com outras, que procura dar continuidade ao bem-estar da criança.

3.1.1.- Observação participante

Na realização de uma investigação devesse ter em atenção alguns procedimentos para a concretização da mesma. O investigador nunca inicia a sua investigação sem conhecimento do que procura descobrir e a forma de o conseguir.

Assim, o contexto de estágio é fundamental para a recolha de dados através de uma observação participante de carácter qualitativo, que dá lugar a registos de observação que enriquecem o trabalho. Para Bogdan e Biklen (1994, p.90) “a melhor técnica de recolha de dados consiste na observação participante e o foco do estudo numa organização particular (escola, centro de reabilitação) ou nalgum aspeto particular dessa organização”.

Os registos devem ser diários e incidir no que se ouve, vê e observa nas crianças. Como afirma Parente (2002. P. 166) “a componente inseparável de toda a atividade de conhecimento é um processo básico da ciência que pode assumir diferentes formatos (...) que proporcionam diferentes lentes de leitura dos fenómenos observados”. Ao longo do processo de observação, devesse estar atento a todos os pormenores e comportamentos apresentados pelo grupo, de forma a conseguir registar todos os momentos importantes e que evidenciem a possível influência da estrutura familiar.

Com tudo isto, esta observação inicial que se desenvolveu com o grupo de crianças possibilitou identificar alguns interesses e necessidades formativas. As informações relativas às características do grupo foram recolhidas através de observações, conversas informais com as crianças, com outros elementos da comunidade educativa e através da análise do projeto curricular de grupo. A área de formação pessoal e Social e a Área sócio afetiva foram as áreas mais analisadas visto serem as mais pertinentes para a temática em questão.

O grupo é constituído por catorze crianças, nove do sexo feminino e cinco do sexo masculino, com idades compreendidas entre os três e os cinco anos, a fazerem no final do ano. São crianças muito comunicativas, alegres, curiosas, cheias de energia, e dispostas a novas experiências. São autónomas, exprimem-se com facilidade, muito embora se trate de um grupo heterogéneo, pelo que existem vários níveis de desenvolvimento. Gostam muito de ouvir histórias, de contar "novidades", são carinhosos, interessados e contribuem sempre de forma positiva para todas as atividades. Muito conversadores querem falar de tudo ao mesmo tempo, sendo ainda um pouco difícil respeitarem a vez de cada um e ouvir os amigos sem os interromper.

Segundo Piaget, estas crianças com quatro anos encontram-se no estágio Pré-operatório, que se baseia “na capacidade de pensamento interno ou simbólico (...) neste período, ocorre um incremento acentuado a nível da competência linguística da criança, que é o resultado do desenvolvimento do pensamento simbólico” (Smith, Cowie & Blades, 1998, p.395). Cada estágio possui a sua estrutura e características próprias, sendo impossível alterar a sua ordem ou omitir qualquer estágio.

As crianças encontram-se num mundo estruturado por relações sociais, emocionais, materiais e cognitivas que organizam a suas vidas quotidianas e as suas relações com a realidade à sua volta. Na brincadeira, interagem umas com as outras, surgindo por vezes situações de conflito, sendo necessária a intervenção do adulto, tentando no entanto, que sejam elas próprias a resolver os seus conflitos através do diálogo, pois tornam-se assim cada vez mais responsáveis. Neste estágio salienta-se,

o egocentrismo, este faz com que a criança se sinta no centro de tudo. Mas neste grupo o egocentrismo não é tão notório, pois as crianças partilham e cooperam tanto com os adultos como com o resto do grupo.

A Área de Formação Pessoal e Social integra todas as outras áreas, pois está relacionada com a forma como a criança se relaciona consigo, com o outro e com o Mundo, “diversas aprendizagens enunciadas nesta área são retomadas noutras áreas, entendendo-se essas aprendizagens como correspondendo a um processo progressivo que, realizado ao longo da educação pré-escolar, terá continuidade ao longa da vida” (OCEPE 2016, p. 34).

Nesta área pretende-se que a criança expresse as suas necessidades, emoções e sentimentos, que demonstre confiança em experimentar atividades, propor ideias e falar em grande grupo, que execute com autonomia as tarefas, que demonstre empenho nas atividades que realiza, que revele interesse e gosto por aprender e que respeite as normas básicas de segurança e cuidados de saúde e higiene.

É visível qua proximidade do grupo, cooperam uns com os outros, partilham brinquedos, apoiam-se, colaboraram em atividades e conseqüentemente realizam assembleias de grupo, com a finalidade de melhorar as próximas atividades. Relativamente à relação com os adultos, são crianças sempre dispostas a ajudá-los e agradecem à mínima ajuda que os adultos lhe proporcionem (cf. anexo 1, a).

Este grupo de crianças é bastante afetivo, tanto entre si, como com os adultos. Verifica-se que existem ligações fortes com os pais, as crianças falam constantemente dos mesmos, “num relacionamento afetivo bem consolidado, estável e eficaz, parte-se do princípio que a criança irá utilizar a mãe como base para explorar o espaço que a rodeia (...)” (Smith, Cowie & Blades, 1998, p,108).

O relacionamento da educadora com as crianças é estável e seguro, baseia-se na confiança, no respeito mútuo, no afeto, o que faz com que muitas vezes as crianças assemelham a educadora à figura maternal. É um grupo que consegue compreender quando está a fazer algo de errado e conseqüentemente as crianças sabem “assumir” esse erro (cf. anexo 1, b), dão-se bem com todas as outras crianças da Instituição bem como o resto da equipa pedagógica. “A criança já se encontra preparada para frequentar o jardim-de-infância. (...) no período contido entre dois e os quatro anos se assiste a um grande desenvolvimento das capacidades que as crianças têm de interagir com colegas da mesma idade” (Ibidem, p.150).

Segundo Papália (2009, p.11), nesta idade, “o autoconceito e a compreensão das emoções tornam-se mais complexos: a auto-estima é global, a independência, a auto-estima e o autocontrole aumentam (...)”.

3.2.- TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Após a opção metodológica do estudo de caso, procedeu-se à recolha dos dados. Foi realizado o levantamento dos dados relativos aos pais das crianças, para tratamento estatístico posterior, com o objetivo de ter um retrato socioeconómico das famílias.

Apenas foram encontrados três casos de crianças com pais divorciados. Para apuramento de dados sobre estes casos, foram realizadas entrevistas às mães, mas apenas duas responderam (cf. anexo 4 e 5). As suas respostas foram trabalhadas com base em análise de conteúdo (Bardin, 2011).

A investigação foi complementada com uma entrevista à educadora, para obter informações acerca dos estados emocionais das crianças. Atendendo às escolhas de instrumentos utilizados utilizámos técnicas quantitativas (análise estatística) e qualitativas de análise (análise de conteúdo).

3.2.1.- Sujeitos de estudo

Os sujeitos de estudo foram catorze Encarregados de Educação, de crianças que frequentam o jardim de infância. Os participantes são definidos em função das características que o investigador quer estudar.

Nesta linha, foram escolhidos participantes por conveniência, ou seja, todas as crianças do grupo dos quatro anos, que perfaz um total de catorze crianças (população), bem como os seus Encarregados de Educação. Apenas três crianças foram selecionadas, assim como as suas respetivas mães. O motivo dessa seleção foi ao encontro da investigação pretendida, logo, apenas três mães se encontravam divorciadas, o que perfaz assim um total de 21,4% de casos de divórcio.

3.2.2.- Instrumentos de análise de dados

Após a decisão de optar por estudo de caso e da seleção dos sujeitos de estudo, realizou-se dois inquéritos por questionário, para posterior análise estatística de dados (análise quantitativa) e ainda uma entrevista, que foi objeto de análise de conteúdo de (análise qualitativa) acordo com Bardin (2011).

3.2.2.1.- Inquérito por questionário

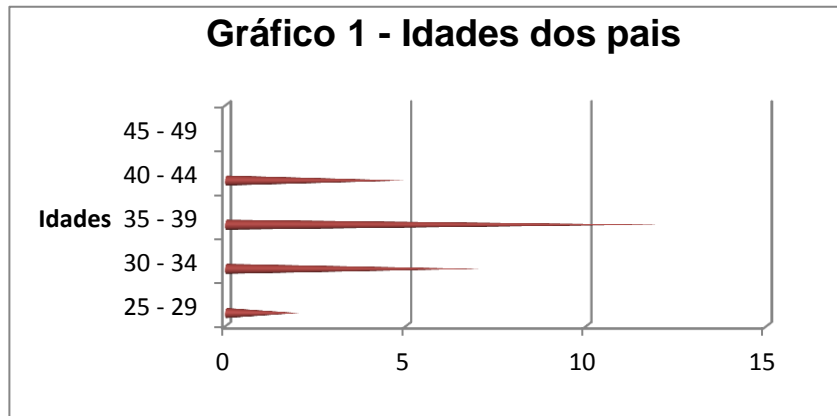
Num questionário podem ocorrer conjuntamente modalidades de resposta fechada e aberta. Esta forma mista tende a resolver os problemas de pertinência das questões fechadas, pois com questões abertas "a pessoa responde como quer, utilizando o seu próprio vocabulário, fornecendo os pormenores e fazendo os comentários que considera certos." (Ghiglione & Matalon, 1995, p.126),

O inquérito por questionário (cf. apêndice 2) foi realizado com a finalidade de que as duas Encarregadas de educação que se encontravam divorciadas pudessem dar a sua perceção acerca do desenvolvimento dos seus filhos face à situação de divórcio dos pais. Segundo Hill e Magalhães (2009, p.21) "precisa que se pensa adiante para planear as análises de dados antes de começar a parte empírica da investigação". O guião do inquérito encontra-se dividido em três blocos fundamentais.

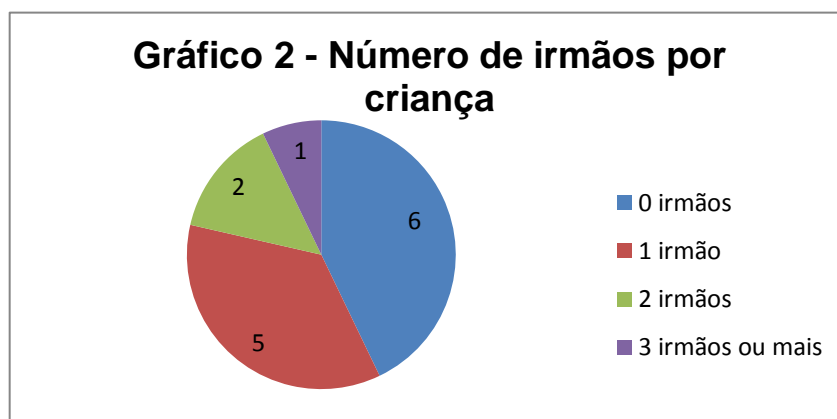
Ferreira (1986, p.165) afirma que "este instrumento de carácter quantitativo resulta na "arte de bem perguntar reside na capacidade de controlar as implicações dos enunciados das perguntas e das condições por estas criadas (...)". Previamente foi realizado um guião maioritariamente com perguntas abertas (cf. apêndice 2), "tudo se resume a saber fazer perguntas e a identificar os elementos constituintes da resposta" (Idem, p.165).

Caracterização socioeconómica das famílias

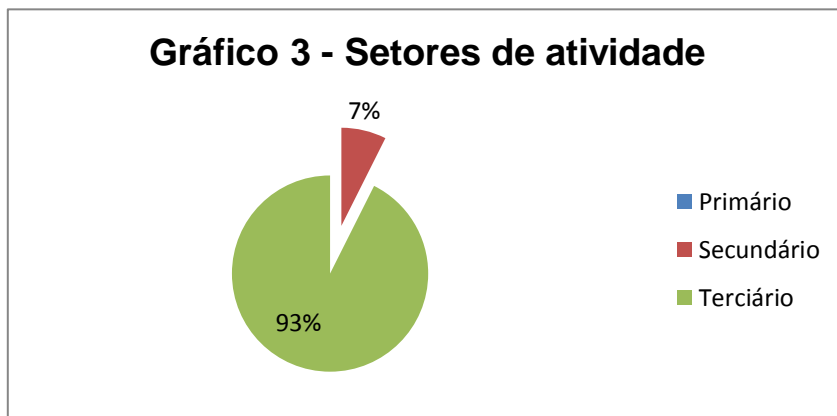
Através da análise dos gráficos realizados verificou-se que o grupo de crianças tem progenitores muito jovens, sendo que os mais velhos rondam entre os quarenta e os quarenta e quatro anos e os mais novos os vinte e seis. No gráfico nº1, o maior pico de idades está entre os trinta e cinco anos e os trinta e nove com 44%, onde estão compreendidas as idades de quase dozes dos pais.



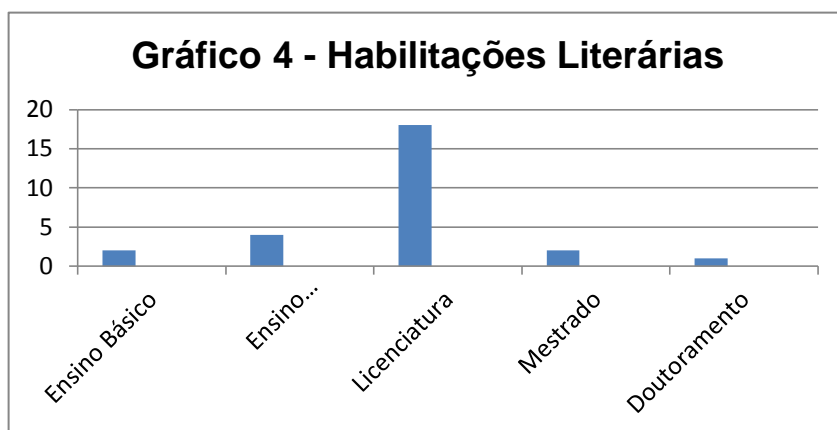
Através do gráfico nº 2 averiguou-se, que os agregados familiares não são numerosos, constatou-se ainda que apenas num dos casos a criança tem mais três irmãos, de resto todos os outros ou têm um a frequentar a mesma Instituição ou são filhos únicos.



Como consta no gráfico 3, vivem num meio bastante desenvolvido, de classe média alta, as profissões que mais se sobressaem dizem respeito às áreas da arquitetura, com quatro progenitores, *design* com dois progenitores e na área da educação com três progenitores, que se situam no setor terciário. Este setor apresenta 93% da percentagem total, sendo que apenas 7% pertence ao setor secundário e não existe ninguém com profissões no setor primário.



O gráfico que se segue evidencia as habilitações literárias dos progenitores, em primeiro encontra-se a licenciatura com 67%, seguida do ensino secundário com 15%, sendo que só existe apenas um doutoramento e dois casos de Mestrado e Ensino Básico.



Analisando todas as estruturas familiares das crianças da sala, a grande maioria encontra-se casada (cf., gráfico 5), sendo que existem apenas três casos de divórcio, Dentro desses casos, apenas um dos casos só conta com a figura maternal, visto que na informação a que tive acesso os dados referentes ao pai não existiam.

Os processos de divórcio nem sempre são fáceis, são constituídos por várias etapas e que podem interferir no desenvolvimento emocional da criança. Por isso, a família sempre que possível deve estar envolvida na vida escolar da criança, para que esta se sinta apoiada e amparada. Segundo as OCEPE (2016, p.29), “os pais/família, enquanto primeiros e principais responsáveis pela educação das crianças, têm o

direito de conhecer, escolher e contribuir para a resposta educativa que desejam para os seus filhos.”



3.2.2.2.- Entrevista

Outro instrumento utilizado na recolha de dados passou pela realização de uma entrevista (cf. apêndice 1) à educadora cooperante da sala dos quatro anos. Segundo Quivy e Campenhoudt (1998, p.69) esta técnica “permite compreender o que o entrevistado pensa sobre a temática em estudo, ajudando a constituir a problemática da investigação, contribuindo assim para a descoberta de aspetos que alargam ou retificam o campo da investigação das leituras”.

Para a sua realização foi necessária a construção de um guião dividido por cinco blocos (cf. apêndice 1). Esse mesmo guião encontra-se estruturado para se perceber a opinião da educadora acerca das crianças do seu grupo que têm pais divorciados. Posteriormente, a entrevista foi transcrita para dar início ao processo de análise de conteúdo da mesma, completando-a com quadros de análise.

4.- APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1.- Análise de conteúdo

Como afirma Bardin (2011, p.44) a análise de conteúdo é "um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter (...) objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens."

Esta análise pode ser utilizada em pesquisas que se reportam a qualquer um dos níveis de investigação empírica "tem a enorme vantagem do uso de técnicas estruturadas... de permitir trabalhar sobre a correspondência, entrevistas abertas, mensagens dos mass-media, etc..." (Vala, J. 1987, p.107).

Recorreu-se a uma análise qualitativa da entrevista realizada à educadora cooperante (Entrevista educadora – E) da sala dos quatro anos, esta análise "centra-se na compreensão dos problemas, analisando os comportamentos, as atitudes ou os valores" (Sousa & Baptista, 2011, p.56).

Neste sentido, foi utilizado o método qualitativo, onde os entrevistados estão mais livres para apontar os seus pontos de vista sobre determinados assuntos que estejam relacionados com o objeto de estudo. Para Minayo (2010, p.261) esta é a técnica mais utilizada no trabalho de campo "é além de tudo uma conversa a dois (...) destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa (...)".

Ao proceder à análise de conteúdo de uma entrevista, segundo Vala, "o investigador fórmula uma série de perguntas que pode sistematizar..." (1987, p.108), perguntas essas que salientam o que é importante e o que acontece, que nos dizem o que é avaliado e de que forma e que estrutura de relações existe entre os objetos. No conjunto de instrumentos de análise de conteúdo, salientamos em primeiro lugar a análise por categorias "funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos" (Bardin, 2011, p.199).

4.2.- DADOS RELATIVOS À ENTREVISTA

A aplicação desta entrevista realizada à educadora cooperante da sala dos quatro anos, visou sobretudo aprofundar a temática em questão, complementando-a.

Assim sendo, o guião da entrevista encontrava-se disposto em cinco blocos:

- Bloco 1. Dados de identificação biográfica;
- Bloco 2. Perceção da educadora relativamente ao desenvolvimento emocional da criança antes e após divórcio;
- Bloco 3. Perceção da educadora relativamente ao impacto da situação de divórcio na interação criança-criança;
- Bloco 4. Perceção da educadora relativamente ao comportamento da criança face ao adulto;
- Bloco 5. Perceção acerca da estrutura familiar.

As informações obtidas através da análise do primeiro bloco, referente aos dados biográficos da entrevistada, permitiram conhecer melhor o seu percurso enquanto profissional e os seus anos de experiência. Assim, os dados recolhidos neste bloco prendem-se com a idade, habilitações literárias, tempo de serviço no campo da educação pré-escolar bem como na Instituição onde trabalha.

Verificou-se que a educadora cooperante, tem tantos anos de experiência, como os que se encontra na instituição (trinta e quatro). Pela idade da mesma com cinquenta e cinco anos, conseguiu-se saber que começou a sua prática profissional aos vinte e um anos de idade, assim o grau máximo de habilitação é a Licenciatura em Educação Básica. Estes dados, podem ser confrontados com a tabela seguinte.

Educadora	Idade	Anos de experiência	Grau de habilitação	Anos de experiência na Instituição onde se encontra	Grupo etário
E	55	34	Licenciatura em Educação Básica	34	4 anos

Tabela 2. Caracterização da educadora entrevistada (E)

Posteriormente foram analisados os dados recolhidos através do Bloco 2, relativos à percepção da educadora face ao desenvolvimento emocional da criança antes e após divórcio. Neste bloco, os dados recolhidos cruzam as seguintes categorias: as variáveis do impacto que este processo pode ter na criança, a que níveis de comportamento e desenvolvimento e as variáveis relativas à utilização de estratégias que ajudam a ultrapassar esta fase.

Relativamente à análise das questões que revelam o impacto deste processo, assim como, a existência de níveis de influência no comportamento e desenvolvimento a educadora (E) diz que “Tem impacto a nível psicológico. A criança é confrontada com uma rutura, o que acarreta insegurança, medo, uma vez que a criança teme que os pais deixem de gostar dela (...)” (cf. anexo 3 – Quadro 1, a). Segundo o testemunho da educadora, as crianças apresentam “um comportamento mais instável, mais necessidade de atenção, que depois com o tempo foi atenuando” (cf. anexo 3 – Quadro 1, b).

Quando confrontada com as questões referentes relativas da utilização de estratégias que ajudam a ultrapassar esta fase, a entrevistada (E) aponta que se deve mostrar às crianças “que continuam a ser amadas pelos pais da mesma maneira (...) abordando o assunto, estando atentas e apoiando as crianças nas suas inseguranças e incertezas” (cf. anexo 3 – Quadro 1, e).

Constatou-se assim que o divórcio tem impacto a nível psicológico, pois a criança é confrontada com uma rutura, o que acarreta inseguranças e faz com que esta se sinta mais carente e necessite de mais atenção por parte do adulto. Gottman e DeClaire (1999, p.139) afirmam que como “uma árvore é afetada pela qualidade do ar, da água e do solo no seu meio ambiente, a saúde emocional das crianças é determinada pela qualidade das relações íntimas que a rodeiam”.

Por sua vez, no Bloco 3, referente à percepção da educadora relativamente ao impacto da situação de divórcio na interação criança-criança, os dados obtidos visam compreender se as crianças com pais divorciados apresentam ou não diferenças na forma como interagem com os pares. As respostas a esta questão mostram que as crianças não se excluem de nenhuma atividade, a educadora (E) acrescenta ainda que estas crianças “participam nas atividades de grande grupo (...) nos casos observados não existem diferenças na interação com outras crianças” (cf. anexo 3 – Quadro 2, f e g).

No que concerne à relação com os pares, não existem manifestações comportamentais, visto que, todas as crianças da sala participam nas atividades de grande e pequeno grupo. A vida em grupo vai implicar que as crianças comecem a confrontar as suas opiniões, comecem a resolver os seus próprios conflitos e arranjam uma solução aceite por todos. Segundo as OCEPE (2016, p.39) deste modo “a participação das crianças na vida do grupo permite-lhes tomar iniciativas e assumir responsabilidades, exprimir as suas opiniões e confrontá-las com as dos outros (...)”.

No que diz respeito ao Bloco 4, a perceção da educadora relativamente ao comportamento da criança face ao adulto, as respostas obtidas focaram-se na necessidade de compreender a relação com o adulto (educador, auxiliar, progenitor). Assim, a entrevistada (E) evidenciou que “inicialmente as crianças estavam mais dependentes do adulto com mais necessidade de atenção, mais carência (...) com os progenitores, as “birras”, a chantagem emocional eram um ponto muito recorrente e visível na sala” (cf. anexo 3 – Quadro 3, h e i).

Relativamente a esta relação com os adultos, a criança inicialmente mostrou mais dependência sobre os mesmos, muitas vezes faz chantagem emocional, pois nesta fase a criança passa por um “turbilhão de sentimentos (...) de amor, raiva, tristeza, e medo são cíclicos, frequentes e com diferentes graus de intensidade” (Costa, 1992, p.70).

Visto ser um processo gradual que mesmo quando termina, ficam repercussões na vida da criança, como se pode confrontar com o registo de observação (cf. anexo 1, c), mesmo depois de algum tempo da separação dos seus progenitores, as “birras” foram constantes na vida da criança, ou seja, esta utilizava as “birras” como forma de chamar atenção do seu progenitor.

Por último, ao analisar o Bloco 5, relativo à perceção acerca das estruturas familiares, pretendia-se verificar como são vistas as alterações que existem hoje em dia, bem como entender se existe algum tipo de família “ideal”. Através das respostas a educadora (E) defendeu que “desde que a estrutura familiar seja estável e coesa e a criança seja respeitada e amada enquanto pessoa, não há qualquer problema no surgimento das novas formas de família” e reforça ainda que “uma família ideal, é onde a criança se sinta amada e protegida e onde lhe seja transmitido um conjunto de valores que a torne uma pessoa ativa e feliz” (Cf. anexo 3 – Quadro 4 j e l).

Verificou-se que não existe um tipo “ideal” de estrutura familiar, pois o desejável e fundamental é que os afetos estejam presentes e que a criança se sinta num ambiente familiar feliz e acolhedor por parte de todos os membros que integram o agregado

familiar. Tal como afirma Ribeiro (2007, p.17) “o pai e a mãe são referências que ao longo do percurso da vida acompanham os filhos e lhes transmitem o testemunho do seu património genético, antropológico e cultural”.

Como forma de complementar o estudo foi ainda realizada a questão que dava a possibilidade de a entrevistada (E) acrescentar alguma informação pertinente, onde esta realçou que “No processo de divórcio se a relação dos pais se mantiver saudável, sem conflitos, e colocando o bem-estar das crianças em primeiro lugar, será mais fácil a adaptação das crianças a esta nova realidade”.

A criança pode ou não ultrapassar esta fase da melhor forma pois como afirma Trindade e Molinari (2011, p.175) “muitas vezes no auge da discórdia, os pais não conseguem discriminar o casamento, cuja relação termina, da função paterna ou materna, que permanece”. Mas, para que esta consiga gradualmente superar a situação de divórcio dos seus pais, estes devem manter uma relação saudável, explicando-lhe o quanto a amam apesar do divórcio se ter sucedido, pois assim será mais fácil a criança adaptar-se a esta nova realidade sem conflitos. Por seu lado Schwingel e Carvalho (2010, p.1773) dizem que para se manter uma relação saudável “esta necessidade resulta do facto de a criança precisar de manter a confiança do amor dos seus pais por ela, eliminando a angústia de ser abandonada por um dos pais”.

4.2.1.- Síntese dos dados

Com a análise dos dados recolhidos conclui-se que durante o processo de divórcio a criança inicialmente apresenta uma dependência face ao adulto, que se vai atenuando ao longo do tempo. As “birras” e a chantagem emocional em alguns dos casos continuam mesmo com a finalização deste processo, pois a criança tenta assim chamar atenção do adulto.

Na relação criança-criança não existem diferenças visíveis, as crianças continuam a participar em todas as atividades sem se “excluir” do restante grupo. Segundo as OCEPE (2016, p.39) “a vida no jardim de infância deverá organizar-se como um contexto de vida democrático, em que as crianças exercem o seu direito de participar (...)”.

A separação parental causa a rutura familiar e revela-se um fator que mais afeta a estabilidade emocional da criança. Confrontando com o que foi dito anteriormente, não existe nenhum tipo ideal de estrutura familiar, o fundamental é que os progenitores estejam sempre presentes na vida da criança, fazendo-a sentir-se

amada, segura e feliz, pois esta começa a sentir-se no meio do conflito e necessita que o adulto lhe mostre que esta não é culpada pela rutura do casamento.

4.3.- DADOS RELATIVOS AOS INQUÉRITOS

A análise dos dados dos dois inquéritos por questionário efetuados às duas mães foi delineada de modo a responder à pergunta de partida. Em primeiro lugar, foram analisados os dados de identificação das duas mães (Bloco 1), confrontando com a tabela seguinte, ambas rondam idades por volta dos quarenta anos e encontram-se divorciadas.

E.E	Idade	Género	Estado civil
M	43	Feminino	Divorciada
I	44	Feminino	Divorciada

Tabela 3. Caracterização das inquiridas (E.E.M e E.E.I)

No Bloco 2, referente à perceção do progenitor relativamente ao divórcio, questionadas acerca da primeira vez que falaram sobre este processo aos seus filhos, ambas salientaram que se lembravam bastante bem desse momento (cf. anexo 6, a). Para os inquiridos que responderam afirmativamente a esta questão, seguia-se a questão aberta como forma de explicitação sobre o modo como foi explicado à criança o divórcio dos seus pais. As duas são consensuais visto que, ambas salientam que foram abordando o tema “de uma forma ligeira e natural” (E.E.M), dando a perceber que existem “várias realidades e vários tipos de famílias” (E.E.I – cf. anexo 7 – Quadro 1, b).

Na questão seguinte, relativamente ao facto de terem explicado este processo à criança sozinhas ou acompanhadas, foram unânimes e ambas responderam que o fizeram sozinhas (cf. anexo 6, b). A próxima questão de carácter misto tinha em conta se algo poderia ter sido ou não diferente no processo de divórcio e porquê. Com uma percentagem de 100% (cf. anexo 6, c) não haveriam quaisquer alterações, sendo que a E.E.I ainda acrescentou que “Tudo faço em prol do bem-estar do meu filho (...) mantendo o contacto com o progenitor (...)” (cf. anexo 7 – Quadro 1, c).

Constatou-se que ambas as mães se divorciaram desde a altura da gravidez, por isso mesmo as crianças começaram a querer saber um pouco mais sobre o outro

progenitor mais recentemente, quando começaram a ter noção de que só viviam com as mães. É essencial que as crianças tomem conhecimento do sucedido, “devem ser explicados de forma clara e concisa os motivos por detrás de tal decisão e é importante que os pais assegurem os filhos de que estes não foram os responsáveis pela separação (...)” (Almeida & Monteiro, 2011, p.151).

Relativamente ao Bloco 3 – Perceção do progenitor após o divórcio, a inquirida E.E.I, salienta que “a separação passou para segundo plano (...) sempre estive muito focada no meu filho” reforçando ainda que “a nossa relação é excelente, sem diferenças, ele nunca sentiu falta do progenitor” (cf. anexo 7 – Quadro 2, d).

Segundo a inquirida E.E.I, apesar de todas as circunstâncias não sente que haja diferenças na criança, nem em contexto de aprendizagem, nem em contexto familiar, pois dá todo o apoio e todo o amor que a mesma precisa. Esta relação positiva entre a mãe e a criança é fundamental para ajudar a mesma a ultrapassar esta fase mais difícil, pois como afirma Santos (2008/2009, p.5) “se enquanto o processo de divorcio, a mãe apresentar sinais de tristeza, desmotivação, desatenção, impaciência, passando-as para a criança, esta ao não se sentir segura, autónoma e protegida, pode desenvolver apatia, isolamento, tristeza profunda (...)”.

Quanto à inquirida E.E.M, quando deparada com a questão da sua relação com o seu filho diz que “Não há mudanças (...) tenho, no entanto, noção de ser uma relação excessivamente dependente e que seria com certeza diferente e mais saudável se existisse a presença de outro progenitor” (cf. anexo 7 – Quadro 2, d).

Na questão sobre a quem foi atribuída a guarda da criança e se concordaram ou não, a inquirida E.E.M, diz ter a guarda total da criança e salienta “que na altura do divórcio não havia outra decisão possível (...) o pai tem uma vida extremamente instável, tanto a nível pessoal como a nível profissional”. A inquirida E.E.I, por sua vez, diz que “não foi feita a regulação do poder paternal pelo tribunal, a guarda da criança está entregue à mãe por mútuo acordo” e ainda saliente que “a criança deve ficar com a mãe, com quem sempre viveu e conviveu (...) o progenitor estava na Coreia do Sul quando a criança nasceu, não tendo paradeiro certo” (cf. anexo 7 – Quadro 2, e).

Na questão fechada que se debruça sobre relação que o outro progenitor mantém com a criança, ambas as inquiridas selecionaram “nunca estão juntos”, sendo que a inquirida E.E.I, diz que apenas se falam por *Skype* e já não o fazem desde 2013, enquanto a inquirida E.E.M, diz que estão juntos, duas a três vezes por ano. Seguida a esta questão, é perguntado se consideram ou não esta relação saudável, sendo que para E.E.M “É uma relação muito deficitária, é a relação possível pelo facto de o pai

não viver na mesma cidade (...) mesmo assim, há outras formas de contacto que são escassas”, já E.E.I diz que “Julgo que um pai deveria estar sempre presente, mas a vida não é uma linha reta (...)” (cf. anexo 7 – Quadro 2, f).

Para E.E.I a relação entre o seu filho e o outro progenitor deveria ser mais recorrente, visto que quase não se vêem ou falam, e na sua opinião, um pai deve estar sempre presente na vida de um filho. Assim sendo, tenta que a criança não sinta falta do outro progenitor e neste sentido faz com que esta veja o avô como a figura paternal da casa, para que não se lembre frequentemente que o pai não está presente (cf. anexo 1, d).

Certo é que hoje em dia, cada vez mais existem crianças com pais separados, segundo Ribeiro (2007, p.18) estas crianças tornam-se “vítimas de alguns procedimentos menos felizes de adultos que ainda não entenderam que ser pai/mãe é um compromisso (...) e será obviamente responsabilidade”.

Nas últimas questões sobre o facto de terem começado ou não a tratar de forma diferente os seus educandos, E.E.I salienta que “Não mudou nada” e ainda acrescenta que relativamente ao processo de divórcio nas aprendizagens da criança “que nunca o afetou. Sempre foi uma criança feliz (...) tudo faremos para isso nunca o afete e não sinta qualquer diferença” (Cf. anexo 7 – Quadro 2, g e h).

Segundo Bissoli (2005, p. 139) “a infância constitui o período *espontâneo* do desenvolvimento da personalidade (...) trata-se (...) de um momento de preparo, que sob condições de vida e educação adequadas, culmina na adolescência, no nascimento de uma personalidade consciente de si mesma”. Em cada momento da sua vida e de acordo com possibilidades já alcançadas relativamente ao seu desenvolvimento, a criança “é capaz de compreender os fatos e situações à sua volta e de se relacionar emocional e cognitivamente com eles de maneira completamente nova” (Bissoli, 2014, p.592).

A inquirida E.E.M realça que “Não houve qualquer diferença (...) acredito, no entanto, que a presença do outro progenitor tornaria as rotinas mais tranquilas e fluídas.” Como afirma Martins (2010, p.12) a separação dos pais é um evento perturbador que “altera drasticamente o futuro familiar, causando uma perda de entendimento devido à rutura das rotinas normais e à ausência do contacto diário com ambos os pais”.

Ainda sobre a resposta à questão anterior “(...) há uma influência na ausência do pai, nota-se sobretudo na relação distante com figuras do sexo masculino e na

dependência extrema com figuras do sexo feminino (...) ainda na dificuldade de aceitar regras e persistência em as transgredir” (Cf. anexo 7 – Quadro 2, g e h).

A inquirida E.E.M, não sente que exista influência do processo de divórcio na vida da criança, mas que a relação entre a criança e o outro progenitor é um pouco deficitária visto que passam pouco tempo juntos (cf. anexo 6, d) e na opinião da mesma, com a presença do outro progenitor a dependência pelas figuras do sexo feminino (cf. anexo 1, e) atenuaria.

“O relacionamento com o elemento do sexo oposto pode tornar-se demasiado intenso sem a presença protetora do terceiro membro do triângulo. É provável que uma criança que viva só com um dos pais tenha mais dificuldade em ir ao encontro da necessidade que tem de se identificar com cada um deles e de criar a sua identidade” (Bianchessi 2013, p.15).

Os pais devem estar sempre presentes na vida da criança, mesmo que haja um rutura no casamento, pois a criança não tem a ver com esses conflitos. Como asseguram Gottman e Declaire (1999, p.140) “quando os pais conseguem manter uma presença emocional junto dos filhos (...) isto cria nas crianças uma espécie de proteção contra os efeitos perversos das crises familiares, incluindo o divórcio”. É fundamental que os pais consigam separar o divórcio da relação que têm com os seus filhos, pois estes vão se sentir muito mais protegidos e amados se os seus progenitores mantiverem uma relação saudável em prol do seu bem-estar.

4.3.1. - Síntese dos dados

Com a análise dos dados, todas as respostas divergem, mas completam-se entre si. Tratando-se de um estudo do caso, constatou-se que os dados apontam causas no sentido de compreendermos que o divórcio tem repercussões no desenvolvimento emocional da criança como confirmam alguns estudos.

“A criança é um ser em formação, e precisa ser preservada ao máximo das confusões dos adultos no período da separação. Falamos em período de separação porque geralmente é um período que se arrasta por um longo tempo, e que pode comprometer muito o psicológico das crianças, justamente por não ser um momento específico e passageiro” (Souza, 2013, p.6).

Como afirma Bee e Boyd (2011, p.378) “é importante lembrar que o divórcio não é uma variável unitária; as crianças são provavelmente afetadas por umas quantidades de fatores relacionados ao divórcio: conflito parental, pobreza, ruturas da rotina diária, e assim por diante”. Como se constatou anteriormente, uma das inquiridas (E.EM) salientou que a presença do outro progenitor poderia tornar as rotinas das crianças mais saudáveis e ajudaria na imposição de regras na vida da criança.

Segundo Melo e Miccione (2014, p.9) “o divórcio torna-se um período de crise familiar que acarreta desequilíbrio emocional principalmente nas crianças”. Constatase que o processo de divórcio pode modificar a dinâmica emocional da criança, sendo que esta torna-se mais dependente do adulto.

Esta dependência que se pode tornar excessiva face à figura responsável pela criança, o que pode ainda originar algum afastamento relativamente ao outro progenitor. Muitas vezes, passa a existir apenas um responsável pela guarda da criança, que pode acarretar algumas dificuldades, como afirma Alarcão (2002, p.218) “o sub-sistema parental pode enfrentar sobrecarga relativamente às funções a cumprir, dificuldade em criar um sistema executivo claro, coerente, firme e democrático, ausência de articulação com o sub-sistema conjugal”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho de investigação, pretendeu-se verificar qual a influência do divórcio no desenvolvimento emocional da criança. Desta forma, foi elaborada uma pergunta de partida que suportou a investigação.

O estágio em PES I foi fundamental para a escolha da temática aqui representada, pois verificou-se que as crianças da sala viviam em diferentes estruturas familiares. Sem dúvida que este estágio profissional é crucial na formação de futuros educadores de infância, visto que contribui para o desenvolvimento da profissionalidade docente, traduzindo-se em encontrar soluções adequadas a cada situação e a cada contexto.

No momento em que este processo se iniciou, predominavam os medos e anseios de não ser capaz de atingir os objetivos propostos devido às limitações de tempo e à quantidade de tarefas exigidas a nível de estágio e das unidades curriculares. Fica a plena consciência de que se fosse dedicado um pouco mais de tempo a cada tarefa os resultados decerto seriam melhores e seriam reveladas todas as minhas valências, muito embora me tenha empenhado apesar dos constrangimentos temporais.

Com este percurso constatou-se que ser educadora de infância implica, principalmente nos dias de hoje, muito mais do que aquilo que a sociedade pensa. Cada vez mais, o educador tem de estar apto a acompanhar as evoluções que constantemente acontecem na vida da criança, de forma a conseguirem apoiá-la e ajudá-la.

Este estudo procurou compreender se o divórcio tem ou não repercussões ao nível do desenvolvimento emocional na criança. Com este trabalho foi possível averiguar que as respostas não são todas unânimes, mas que se completam entre si, ou seja, segundo vários autores evocados ao longo deste estudo, a vivência do divórcio origina repercussões no desenvolvimento global da criança.

Essas repercussões que acentuam-se no desenvolvimento emocional da mesma, visto que começa a sentir um desajuste, que pode levar à depressão, tristeza, isolamento, começando assim a pensar que os seus progenitores por não gostarem um do outro, já não gostam de si. Como assegura Martins (2010, p.17) “no período subsequente ao divórcio dos pais, a maioria das crianças experimenta problemas

emocionais (...) decorrentes da mudança nas relações na família e mudanças na sua situação de vida”.

Neste sentido, através da recolha e análise dos factos obtidos constatou-se que para duas das participantes (E e E.E.M) neste estudo, o processo de divórcio pode modificar a dinâmica emocional da criança, sendo que esta torna-se mais dependente do adulto, face às carências que sente por falta do outro progenitor. Para a outra inquirida (E.E.I), o processo de divórcio não modificou em nada o desenvolvimento emocional da criança, nem em contexto escolar nem em contexto familiar.

Para responder à pergunta de partida não existe uma resposta única, as respostas completam-se. A criança com o processo de divórcio dos seus pais passa por um período difícil durante e após o mesmo. As consequências que esse processo pode conduzir à vida da criança, confrontando com os dados recolhidos, acentuam-se sobretudo na excessiva dependência da figura paternal que ficar com a sua guarda e no afastamento do sexo oposto, que corresponde ao progenitor que está mais afastado de si.

Outra dimensão fundamental que se conclui com esta investigação, refere-se ao facto de as rotinas se tornarem mais tranquilas e fluídas com a presença de ambos os progenitores na vida da criança. Neste sentido, é fulcral a presença emocional dos pais durante todo este processo, para que a criança não se sinta culpada da rutura do casamento, mas por sua vez, que se sinta amada e segura. Não existe uma estrutura familiar “ideal”, mas desde que os progenitores mantenham a criança afastada de todos os conflitos e a façam sentir feliz, esta fase negativa pode ser atenuada.

Revelou-se pertinente existir uma parceria entre escola e a família de modo a encontrarem estratégias que ajudem a criança a superar esta fase difícil. Segundo as OCEPE (2016, p.28) “A relação que o/a educador/a estabelece com cada família centra-se na criança e tem em conta que são coeducadores da mesma criança”.

No cumpito geral, não descurando os resultados obtidos através desta investigação, é de realçar ainda algumas limitações sentidas no decorrer deste processo. Estas passaram pela revisão bibliográfica, devido à escassez das fontes e o facto de uma inquirida não ter respondido ao questionário, por isso este estudo revelou-se reduzido em número de participantes, assim sendo teria sido mais produtivo alargar as variáveis do estudo.

Neste âmbito, como futuras linhas de investigação, surge como opção aumentar o número de sujeitos de estudo e tentar compreender e aprofundar melhor esta temática. Seria ainda de salientar a opção de ouvir as crianças, visto que as mesmas também deveriam dar a sua opinião. A criação de oportunidades de escuta ativa das crianças, as relações de empatia e proximidade com as mesmas deveriam ser um ponto a investir, de forma a criar condições para que estas falem e expressem todas as suas emoções face à separação dos seus pais. As crianças não conseguem compreender que os seus progenitores estão divorciados, mas conseguem entender que já não vivem na mesma casa e que houve um rutura apenas enquanto casal.

A nível pessoal, este relatório permitiu colocar em prática conhecimentos e saberes aprendidos, aprender a ter uma postura questionadora e investigadora perante os factos, de constante aprendizagem, salientando o sentido de responsabilidade.

A educação pré-escolar é uma etapa fundamental para que as crianças desenvolvam as competências básicas e essenciais que as possam marcar para toda a vida. Segundo as OCEPE (2016, p. 31) no “contexto relacional e de interação social do jardim de infância, e partindo das experiências e saberes únicos da criança, considerada como capaz de construir a sua aprendizagem, cada uma aprende e contribui para a aprendizagem e progresso das outras”. Ser educadora de infância acarreta preocupações, dificuldades e responsabilidades. As famílias depositam em nós toda a confiança na educação dos seus filhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, Isabel. (2002). *(Des) Equilíbrios*. Coimbra: Quarteto.
- Almeida, N. & Monteiro, S. (2011). *Intervenção em grupo com crianças e jovens de pais divorciados*. Lisboa: Coisas de ler Edições.
- Amaro, Fausto (2014). *Sociologia da família*. Lisboa: Ed.Pactor – Edições de ciências sociais, Forenses e da Educação.
- Bardin, Laurence (2011). *Análise de conteúdo*. Coimbra: Edições 70, Lda.
- Bianchessi, Silmara (2013). *O impacto do divórcio nas crianças e adolescentes; consequências psicológicas*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior Miguel Torga.
- Bissoli, Michelle (2005). *Educação e desenvolvimento da personalidade da criança: contribuições da teoria histórico-cultural*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade estadual Paulista.
- Bissoli, Michelle (2014). *Desenvolvimento da personalidade da criança: o papel da educação infantil*. In *Psicologia em Estudo: Maringá*, v. 19 nº 4.
- Bee, H. & Boyd, D. (2011). *A criança em desenvolvimento*. Porto Alegre: Artmed (12ª Edição).
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Brazelton, B. & Sparrow, J. (2003). *A criança dos 3 aos 6 anos: O Desenvolvimento emocional e do comportamento*. Lisboa: Ed. Presença.
- Cardoso C. & Carmona, M. (2011). *Compreensão emocional – A compreensão causal das emoções em crianças de idade escolar*. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia apresentada à Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.

- Charlish, Anne. (2001). *Apanhados no meio. Ajudar as crianças a enfrentarem a separação e o divórcio*. Porto: Âmbar.
- Castellan, Yvonne. (1993). *Psychologie de la famille*. Toulouse: Privat.
- Costa, Jorge Adelino (1992). *Gestão Escolar: autonomia, projecto educativo da escola*. Porto: Texto Editora.
- Direção Geral da Saúde (s/d). *O divórcio dos pais e as suas consequências*. Ministério da Saúde: Lisboa.
- Delgado, Paulo (2010). *A reforma do acolhimento familiar de crianças: conteúdo, alcance e afins do novo regime jurídico*. In *Análise Social*, vol. XLV (196), pp. 555-580.
- Delgado, Paulo (2011). *Acolhimento familiar de criança. Uma perspectiva ecológica*- Porto: PROFEDIÇÕES, Lda./Revista A Página
- Delgado, Paulo (2013). *Acolhimento familiar de crianças. Evidências do presente, desafios para o futuro*. Porto: Mais leituras.
- Fernandes, O. Maia, C. (2015). *A Família portuguesa no século XXI*. Lisboa: Ed. Parsifal, Lda.
- Ferreira, Virgínia (1986). *Inquérito por questionário na construção de dados Sociológicos*. Porto: Afrontamentos (6ª Edição).
- Fortin, Marie-Fabienne (1999). *O processo de investigação: da concepção à realização*. Loures: Lusociência.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1993). *O Inquérito – Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora
- Giddens, Anthony (2008). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 6ª Edição.
- Goleman, Daniel (2002). *Inteligência emocional*. Porto Alegre: Artmed Editora S.A.
- Goleman Daniel (2012). *Inteligência Emocional*. Lisboa: Temas e Debates.
- Gottman, J. & DeClaire, J. (1999). *A inteligência emocional na educação*. Lisboa: Editora Pregaminho.

- Hill, Andrew & Magalhães Manuela (2009). *Investigação por inquérito*. Lisboa: Edições Sílabo (2ª edição).
- Instituto Nacional de Estatística (2001). *Censos 2001*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I. P.
- Instituto Nacional de Estatística (2011). *Censos 2011*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I. P.
- Instituto Nacional de Estatística (2014). *Conceito de Família Clássica*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I. P.
- Liberman, Romain (1987). *A criança e o divórcio*. Lisboa: Ed. RÉS, Lda.
- Martin, D. & Boeck, K. (1997). *O que é a inteligência emocional?* Lisboa: Editora Pregaminho, Lda.
- Martins, Ana (2010). *Impacto do divórcio parental no comportamento dos filhos. Factores que contribuem para uma melhor adaptação. Implicações médico-legais*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Baltazar.
- Melo, Ana (2005). *Emoções no período escolar: estratégias parentais face à expressão emocional e sintomas de internalização e externalização da criança*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica apresentada à Universidade do Minho.
- Melo, A. & Miccione, M. (2014). *As consequências do divórcio dos pais sobre o desenvolvimento infantil: Contribuição da abordagem cognitivo-comportamental*. In revista Científica.
- Meirinhos, M. & Osório, A. (2010). *O estudo do caso como estratégia de investigação em Educação*. Bragança: Eduser.
- Mendonça, Marília (2002). *Ensinar e Aprender por Projectos*. Porto: Edições Asa.
- Miller, Karen (2008). *Educação infantil: Como lidar com situações difíceis*. Porto Alegre: Artmed.
- Minayo, Maria (2010). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec-Abrasco (12ª Edição).

- Ministério da Educação (2016). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa, Departamento da Educação Básica.
- Murdock, George Peter (1949). *Estrutura social*. New York: The MacMillan Company.
- Navarro, A., Enesco, I. & Guerreiro, S. (2003). *El desarrollo emocional*. In ENESCO, I. (Coord.). *El desarrollo del bebé. Cognición, emoción y afectividad*. Madrid: Alianza Psicología y Educación.
- Oliveira-Formosinho, J, (2011). *O trabalho de projeto na Pedagogia-em-participação*. Coleção Infância. Porto: Porto Editora.
- Oliveira, José (2002). *Psicologia da família*. Lisboa: Univerisdade Aberta.
- Papalia, D., Olds S. & Feldmsn, R. (2009). *O Mundo da Criança*, São Paulo: Editora Mc Graw Hill; (11ª Edição).
- Parente, Cristina (2002). *Observação: um percurso de formação, prática e reflexão*. In Oliveira-Formosinho, Júlia (org.) *A supervisão na formação de Professores I – Da sala à escola*. Porto: Porto Editora.
- Quivy, R. & Campenhaut, L. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Ed. Gradiva, Gol.Trajectos.
- Ribeiro, Maria (2007). *As crianças e o divórcio – O diário de Ana*. Lisboa: Editorial Presença.
- Santos, Carolina. (2008/2009). *O ajustamento emocional das crianças e adolescentes face ao divórcio*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA).
- Santos, Mariana (2013). *Os efeitos do divórcio na família com filhos pequenos*. Psicologia, O portal dos Psicólogos.
- Sarmiento, Teresa (2001). *Histórias de vida de Educadores de Infância* in Revista do GEDEI, Porto: Porto Editora.
- Schwingel, M. & Carvalho, C. (2010). *As vozes dos pais sobre o dia-a-dia dos filhos após o divórcio*. Seminário Internacional, Universidade do Minho.
- Silva, E. & Smart, C. (1999). *The new family?* London: Sage Publications.
- Smith, P., Cowie, H. & Blades, M. (1998). *Compreender o desenvolvimento da criança*. Lisboa: Ed. Instituto Piaget.

- Sousa, B. (2009). *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte (2ª Edição).
- Sousa, M. & Batista C. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios: segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.
- Souza, Sarah (2013). *Divórcio dos pais e as dificuldades na aprendizagem dos filhos: A importância da família no processo de ensino-aprendizagem*. Dissertação de Pós-graduação apresentada ao CINTEP/JP. – Psicopedagogia.
- Taborda, M. & Ataíde, M. (2001). *Conflito parental e regulação do exercício do poder paterna: Da perspectiva jurídica à intervenção psicológica*. Psychologica.
- Trindade, J, & Molinari, F. (2011). *Divórcio: do processo psicológico do luto e dos efeitos na criança*. In revista Ministério Público, RS nº 7012.
- Trindade, Vânia (2014). *O mundo dividido da criança: o divórcio e as suas consequências*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA).
- Vala, J. & Ferreira, V. (1987). *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Van Cutsem, C. (2001). *A família recomposta – Entre o desafio e a Incerteza*. Lisboa: Instituto Piaget.

LEGISLAÇÃO

- Decreto-Lei nº 61/2008 de 31 de Outubro. *Diário da República artigo nº 1901º e 1906º*. Ministério público. Lisboa.
- Decreto-Lei nº 147/99 de 1 de Setembro. *Diário da República artigo nº 161º*. Ministério Público. Lisboa.

APÊNDICE 1 - GUIÃO DA ENTREVISTA À EDUCADORA DE INFÂNCIA

Esta entrevista faz parte de um trabalho de investigação que está a ser desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação Pré-escolar, na Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. O objetivo de estudo centra-se na forma como o processo de divórcio tem ou não repercussões emocionais na vida da criança.

As respostas a esta entrevista são estritamente confidenciais.

A sua colaboração é de extrema importância para o procedimento da investigação, agradecendo desde já a colaboração.

A estagiária finalista

17 de Maio de 2016

Bloco 1. Dados de identificação biográfica

Idade:

Anos de experiência:

Grau de habilitação académica:

Anos de experiência na Instituição onde se encontra:

Grupo etário:

Bloco 2. Perceção da educadora relativamente ao desenvolvimento emocional da criança antes e após divórcio.

- 1- Considera que o processo de divórcio tem impacto na criança? Se sim, a que nível?

- 2 – Na sua perspetiva relativamente às suas crianças que passaram por situações em que os pais se divorciaram, notou diferenças a nível de comportamentos e desenvolvimento durante esse processo?
- 3- Estas crianças perguntam mais vezes pelos progenitores durante o dia do que era habitual?
- 4- Neste sentido considera que há relação entre o comportamento da criança e a estrutura familiar onde está inserida?
- 5- Em algum momento utilizou estratégias para ajudar estas crianças?
- 6- Na sua opinião, o jardim de infância pode ter um papel importante de forma a ajudar as crianças a ultrapassarem esta fase? Se sim, de que forma?

Bloco 3. Perceção da educadora relativamente ao impacto da situação de divórcio na interação criança-criança;

- 7- Na sua perspetiva estas crianças participam nas atividades em grupo ou excluem-se?
- 8- Em seu entender as crianças cujos pais são divorciados apresentam diferenças na forma como interagem com os pares?

Bloco 4. Perceção da educadora relativamente ao comportamento da criança face ao adulto.

- 9- Na interação com o adulto (educador e auxiliar) notou alguma diferença no comportamento da criança?
- 10- Na interação com os dois progenitores evidenciou-se alguma manifestação comportamental da criança?

Bloco 5. Percepção acerca da estrutura familiar

11- Consta-se que na sociedade atual existem novas estruturas familiares. Como vê estas alterações?

12- Em seu entender existe alguma estrutura familiar "ideal"?

13- No seu grupo de crianças que estruturas familiares consegue identificar?

Tem alguma informação que ache importante acrescentar?

APÊNDICE 2 - GUIÃO DO INQUÉRITO AO ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO

Este questionário faz parte de um trabalho de investigação que está a ser desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação Pré-escolar, na Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. O objetivo de estudo centra-se na forma como o processo de divórcio tem ou não repercussões emocionais na vida da criança.

As respostas ao presente questionário são estritamente confidenciais.

A sua colaboração é de extrema importância para o procedimento da investigação, agradecendo desde já a colaboração.

A estagiária finalista

17 de Maio de 2016

Bloco 1. Dados de identificação

Idade:

Género:

Estado civil:

Bloco 2. Perceção do progenitor relativamente ao processo de divórcio

1- Encontra-se divorciado do seu ex-cônjuge há quanto tempo?

2- Recorda-se da primeira vez que falou sobre o divórcio ao seu filho?

Sim

Não

3- Como é que lhe explicou este processo?

4- Fê-lo sozinho? Se não, acompanhado por quem?

Sim

Não _____

5- Na sua opinião há algo que poderia ter sido diferente durante o processo de divórcio em favor do bem-estar da criança? Se sim, o quê?

Sim _____

Não

Bloco 3. Percepção do progenitor após o divórcio

6- Como caracteriza a sua relação com o seu filho pós-divórcio?

7- A quem foi atribuída a guarda da criança?

7.1- Concorda com essa decisão? Justifique.

8- Que relação mantem a criança com o outro progenitor?

Estão juntos regularmente

Estão juntos algumas vezes

Nunca estão juntos

8.1 – Em função da resposta anterior, considera que essa relação é saudável? Justifique.

9- Sentiu que começou a tratar de forma diferente o seu educando depois do processo de divórcio? Se sim, mudou rotinas? O que fez de diferente?

10-Identifica algum tipo de influência do processo de divórcio experienciado, nas aprendizagens do seu filho?

ANEXO 1 – REGISTOS DE OBSERVAÇÃO

a) REGISTO DE INCIDENTE CRÍTICO

Nome da criança: A.S

Idade: 4 anos

Observadora: Andreia Brás

Data: 4 de Dezembro de 2015

Incidente

Após a estagiária levar à sala um contador de histórias, a criança A.S estava bastante contente durante a sessão e no fim agradeceu muito à mesma, enchendo-a de beijinhos e disse que estava muito feliz porque tinha gostado muito e sido divertido.

Comentário

Já não é a primeira vez que a criança A.S mostra este tipo de afetos, sempre que a ajuda em algo, ou mesmo surgindo do nada, diz que gosta muito de mim e abraça-me bastante e com muita força. É uma criança muito afetuosa e demonstra-o sempre.

ANEXO 1 – REGISTOS DE OBSERVAÇÃO

b) AMOSTRAGEM DE ACONTECIMENTOS

Objetivo da observação: Interações da M.F no recreio

Observadora: Andreia (estagiária)

Tempo de observação: 11h – 11h30

Data: 15 de Outubro de 2015

Antecedente

No recreio a M.F está a jogar ao “Macaquinho Chinês” nisto vê uma das colegas a mexer-se e diz “Saí já, perdeste!”

Comportamento

A outra criança aborrecida não sai e empurra a M.F magoando-a. A criança M.F diz “Então se não saís, não jogo mais.”

Consequente

Nisto a outra criança percebe que errou, pede desculpa à M.F e todos continuam a jogar.

Comentário

Podemos deduzir através deste registo, que nem sempre é necessário a intervenção do adulto para resolver os problemas que existem entre as crianças. Frequentemente sozinhas conseguem ser autónomas e muitas das vezes perceber onde erraram e pedir desculpa.

ANEXO 1 – REGISTOS DE OBSERVAÇÃO

c) REGISTO DE INCIDENTE CRÍTICO

Nome da criança: I.M

Idade: 4 anos

Observadora: Andreia Brás

Data: 23 de Março de 2016

Incidente

A criança I.M chega à sala e desata a chorar agarrada as pernas da sua mãe. Grita que não quer ir embora e pede que não a deixe sozinha, enquanto soluça de tanto chorar.

Comentário

Sendo que esta “birra” da criança I.M é algo que acontece recorrentemente, faz todo o sentido registar esta observação, pois a maior parte dos dias, isto acontece. Os pais de I.M encontram-se divorciados, o que torna a dependência pelo adulto ainda maior. Como se pode constatar pelo registo, a criança faz “chantagem emocional” com a mãe, chora bastante e ainda se agarra às suas pernas pedindo que não a deixe sozinha.

ANEXO 1 – REGISTOS DE OBSERVAÇÃO

d) AMOSTRAGEM DE ACONTECIMENTOS

Objetivo da observação: Chegada da criança R.M à sala

Observadora: Andreia (estagiária)

Tempo de observação: 9h às 9h30

Data: 17 de Março de 2016

Antecedente

A criança R.M chega à sala com o avô e a estagiária diz “Vai dar um beijinho ao teu avô”.

Comportamento

A criança R.M dá um beijinho ao avô, mas vira-se para a estagiária e diz “Ele não é meu avô, é meu pai.”

Consequente

A estagiária fica bastante admirada e a criança diz “Porque como o meu pai não está cá, ele é o meu pai.”

Comentário

Podemos perceber através deste registo, que a criança R.M encontra-se no seio de uma família que sofreu alterações devido ao divórcio e consequentemente para “cobrir” ausência da figura paterna, a criança chama “pai” ao avô.

ANEXO 1 – REGISTOS DE OBSERVAÇÃO

e) REGISTO DE INCIDENTE CRÍTICO

Nome da criança: L.S

Idade: 4 anos

Observadora: Andreia Brás

Data: 14 de Janeiro de 2016

Incidente

A criança L.S chega à sala e foi logo agarrar-se à estagiária dizendo que estava cheia de saudades e que gostava muito dela. Durante toda a manhã, esteve sempre junto da estagiária e a dar-lhe muito carinho.

Comentário

Com este registo de observação podemos perceber que a criança L.S está muito dependente do adulto, exclusivamente das figuras do sexo feminino, visto que os pais se divorciaram e esta vive apenas com a mãe e que revela carência afectiva dado que opta por dar carinho em vez de interagir com as outras crianças.

ANEXO 2 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA – Educatora de Infância (E)

Esta entrevista faz parte de um trabalho de investigação que está a ser desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação Pré-escolar, na Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. O objetivo de estudo centra-se na forma como o processo de divórcio tem ou não repercussões emocionais na vida da criança.

As respostas a esta entrevista são estritamente confidenciais.

A sua colaboração é de extrema importância para o procedimento da investigação, agradecendo desde já a colaboração.

A estagiária finalista

17 de Maio de 2016

Bloco 1. Dados de identificação biográfica

Idade: 55 anos

Anos de experiência: 34 anos

Grau de habilitação académica: Licenciatura em Educação básica

Anos de experiência na Instituição onde se encontra: 34 anos

Grupo etário: 4 anos

Bloco 2. Perceção da educadora relativamente ao desenvolvimento emocional da criança antes e após divórcio.

1-Considera que o processo de divórcio tem impacto na criança? Se sim, a que nível?

“Sim. A nível psicológico porque a criança é confrontada com uma rutura o que acarreta insegurança, medo, uma vez que a criança teme que os pais deixem de gostar dela, visto que já não gostam um do outro.”

2 – Na sua perspetiva relativamente às suas crianças que passaram por situações em que os pais se divorciaram, notou diferenças a nível de comportamentos e desenvolvimento durante esse processo?

“Inicialmente notou-se um comportamento mais instável, mais necessidade de atenção, que depois se foi atenuando com o tempo.”

3- Estas crianças perguntam mais vezes pelos progenitores durante o dia do que era habitual?

“Não perguntam mais vezes do que o habitual, apenas igual às outras crianças.”

4- Neste sentido considera que há relação entre o comportamento da criança e a estrutura familiar onde está inserida?

“De certo modo sim. A criança passa para outra realidade e tem que gerir uma alternância de vivências que antes não existiam, tem de se adaptar a esta nova realidade em que vai viver.”

5- Em algum momento utilizou estratégias para ajudar estas crianças?

“Fazendo-as ver que continuam a ser amadas pelos pais da mesma maneira. No Jardim de infância devemos abordar o assunto e estar atentas e apoiar as crianças nas suas inseguranças e incertezas.”

6- Na sua opinião, o jardim de infância pode ter um papel importante de forma a ajudar as crianças a ultrapassarem esta fase? Se sim, de que forma?

“Claro que sim, como educadoras devemos-nos adaptar a estas realidades de forma a ajudar as crianças a ultrapassarem fases difíceis”

Bloco 3. Perceção da educadora relativamente ao impacto da situação de divórcio na interação criança-criança

7- Na sua perspectiva estas crianças participam nas atividades em grupo ou excluem-se?

“Estas crianças participam nas atividades de grande grupo e pequenos grupos, não se excluem de nenhuma forma.”

8- Em seu entender as crianças cujos pais são divorciados apresentam diferenças na forma como interagem com os pares?

“Nos casos observados não existem quaisquer diferenças na relação com os pares, o grupo é muito unido.”

Bloco 4. Perceção da educadora relativamente ao comportamento da criança face ao adulto.

9- Na interação com o adulto (educador e auxiliar) notou alguma diferença no comportamento da criança?

“Inicialmente sim houve mais necessidade de atenção e carinho, mais depende do adulto e do nível de ligação.”

10- Na interação com os dois progenitores evidenciou-se alguma manifestação comportamental da criança?

“Inicialmente com os progenitores, as “birras” e a chantagem emocional eram um ponto muito recorrente e visível na sala.”

Bloco 5. Percepção acerca da estrutura familiar

11- Consta-se que na sociedade atual existem novas estruturas familiares. Como vê estas alterações?

“Desde que a estrutura familiar seja estável, coesa, e a criança seja respeitada enquanto pessoa e se sinta amada, não me parece que surja qualquer problema.”

12- Em seu entender existe alguma estrutura familiar “ideal”?

“A família ideal é onde a criança se sinta amada, protegida e onde lhe sejam transmitidos um conjunto de valores que a tornem um ser humano ativo e feliz.”

13- No seu grupo de crianças que estruturas familiares consegue identificar?

“Tenho casos de famílias nucleares (a grande maioria), uma família monoparental e famílias divorciadas (apenas três casos).”

Tem alguma informação que ache importante acrescentar?

“No processo de divórcio se a relação dos pais se mantiver saudável, sem conflitos e colocando o bem-estar das crianças em primeiro lugar, será mais fácil a adaptação das crianças a esta nova realidade.”

ANEXO 3 – QUADROS DE ANÁLISE DA ENTREVISTA

QUADRO 1

Bloco 2 - Percepção da educadora relativamente ao desenvolvimento emocional da criança antes e após divórcio.

Categorias	Subcategorias	Entrevista – Respostas
a) Impacto do divórcio na criança	Níveis de impacto	“A nível psicológico porque a criança é confrontada com uma rutura o que acarreta insegurança, medo, uma vez que a criança teme que os pais deixem de gostar dela, visto que já não gostam um do outro.” (E)
b) Diferenças na criança	Ao nível do comportamento e desenvolvimento	“Inicialmente notou-se um comportamento mais instável, mais necessidade de atenção, que depois se foi atenuando.” (E)
c) Perguntar pelo progenitor	Mais vezes do que o habitual	“Não perguntam mais vezes do que o habitual, apenas igual às outras crianças.” (E)
d) Comportamento criança e estrutura familiar	Relação existente	“A criança passa para outra realidade e tem que gerir uma alternância de vivências que antes não existiam.” (E)
e) Estratégias para ajudar as crianças	O papel do jardim de infância para ultrapassar esta fase	“Fazendo-as ver que continuam a ser amadas pelos pais da mesma maneira. No Jardim de infância devemos abordar o assunto e estar atentas e apoiar as crianças nas suas inseguranças e incertezas.” (E)

QUADRO 2

Bloco 3 - Percepção da educadora relativamente ao impacto da situação de divórcio na interação criança-criança;

Categories	Subcategorias	Entrevista – Respostas
f) Participação nas atividades	Em grande grupo e pequeno grupo	“Estas crianças participam nas atividades de grande grupo e pequenos grupos, não se excluem.” (E)
g) Interação com os pares	Diferenças no comportamento	“Nos casos observados não existem quaisquer diferenças na relação com os pares, o grupo é muito unido.” (E)

QUADRO 3

Bloco 4 - Percepção da educadora relativamente ao comportamento da criança face ao adulto.

Categories	Subcategorias	Entrevista – Respostas
h) Interação com adulto	Diferenças no comportamento	“Inicialmente sim houve mais necessidade de atenção e carinho, mas depende do adulto e do nível de ligação.” (E)
i) Interação com os progenitores	Diferenças no comportamento	“Inicialmente, mais chantagem emocional, mais “birras”.” (E)

QUADRO 4

Bloco 5 - Percepção acerca da estrutura familiar

Categories	Subcategorias	Entrevista – Resposta
j) Nova estrutura familiar	Alterações	“Desde que a estrutura familiar seja estável, coesa, e a criança seja respeitada enquanto pessoa e se sinta amada, não me parece que surja qualquer problema.” (E)
l) Nova estrutura familiar	Família “ideal”	“ A família ideal é onde a criança se sinta amada, protegida e onde lhe sejam transmitidos um conjunto de valores que a tornem um ser humano ativo e feliz.” (E)
m) Nova estrutura familiar	Inseridos no grupo	“Tenho casos de famílias nucleares (a grande maioria), uma família monoparental e famílias divorciadas (apenas três casos).” (E1)

ANEXO 4 – TRANSCRIÇÃO DO INQUÉRITO – Encarregado de Educação (E.E.I)

Este questionário faz parte de um trabalho de investigação que está a ser desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação Pré-escolar, na Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. O objetivo de estudo centra-se na forma como o processo de divórcio tem ou não repercussões emocionais na vida da criança.

As respostas ao presente questionário são estritamente confidenciais.

A sua colaboração é de extrema importância para o procedimento da investigação, agradecendo desde já a colaboração.

A estagiária finalista

17 de Maio de 2016

Bloco 1. Dados de identificação

Idade: 44 anos

Género: Feminino

Estado civil: Divorciada

Bloco 2. Perceção do progenitor relativamente ao processo de divórcio

1- Encontra-se divorciado do seu ex-cônjuge há quanto tempo?

“Sempre estive muito focada no meu filho e a minha preocupação sempre foi o seu bem-estar, por isso a separação passou para segundo plano.”

2- Recorda-se da primeira vez que falou sobre o divórcio ao seu filho?

Sim

Não

3- Como é que lhe explicou este processo?

“Foi há relativamente pouco tempo, por minha opção e “fui abordando o tema” aos bocadinhos, de uma forma ligeira e natural. Expliquei que as crianças crescem no seio de todos os tipos de famílias. Há crianças cujos pais e mães vivem juntos, outros separados, outros estão casados, mas vivem noutros países, outros só têm um pai ou uma mãe e que no nosso caso o papá deixou de gostar da mamã e a mamã do papá e que este foi trabalhar para outro país. Não fui muito exaustiva, apenas fiz entender que existem várias realidades e vários tipos de famílias.”

4- Fê-lo sozinho? Se não, acompanhado por quem?

Sim

Não

5- Na sua opinião há algo que poderia ter sido diferente durante o processo de divórcio em favor do bem-estar da criança? Se sim, o quê?

Sim

Não “Tudo faço em prol do bem-estar do meu filho, nomeadamente mantendo o contacto com o progenitor, respondendo aos seus *emails* e enviando fotografias quando solicita e aceitando que fale por *skype* sempre que o solicita, bem como visitando os avós paternos.”

Bloco 3. Percepção do progenitor após o divórcio

6- Como caracteriza a sua relação com o seu filho pós-divórcio?

“A nossa relação é excelente, a melhor possível, sem diferenças porque nunca sentiu a falta do progenitor.”

7- A quem foi atribuída a guarda da criança?

“Não foi feita regulação do poder paternal, a guarda da criança está entregue à mãe por mútuo acordo.”

7.1- Concorda com essa decisão? Justifique.

“Concordo plenamente que a criança deva ficar com a mãe com quem sempre viveu e conviveu. O progenitor estava na Coreia do sul quando a criança nasceu, entretanto foi para outro país, não tendo paradeiro certo.”

8- Que relação mantem a criança com o outro progenitor?

Estão juntos regularmente

Estão juntos algumas vezes

Nunca estão juntos “Falaram pela última vez em 2013 via skype”

8.1 – Em função da resposta anterior, considera que essa relação é saudável? Justifique.

“Julgo que um pai deveria estar sempre junto dos seus filhos, mas a vida não é uma linha reta e há que fazer o melhor para que as crianças não sintam as animosidades dos adultos e os progenitores devem tentar dar-se o melhor possível em prol dos interesses dos filhos, ultrapassando mágoas e rancores.”

9- Sentiu que começou a tratar de forma diferente o seu educando depois do processo de divórcio? Se sim, mudou rotinas? O que fez de diferente?

“Nunca mudou nada, sempre viveu no seio de muito amor e com as mesmas rotinas. Não estranhou nada.”

10 - Identifica algum tipo de influência do processo de divórcio experienciado, nas aprendizagens do seu filho?

“Não. Nunca o afetou. Sempre foi uma criança feliz e no que depende da mãe e da família tudo faremos para que isso nunca o afete e não sinta qualquer diferença em relação a outra criança que viva com o pai e com a mãe.”

ANEXO 5 – TRANSCRIÇÃO DO INQUÉRITO – Encarregado de Educação (E.E.M)

Este questionário faz parte de um trabalho de investigação que está a ser desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação Pré-escolar, na Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. O objetivo de estudo centra-se na forma como o processo de divórcio tem ou não repercussões emocionais na vida da criança.

As respostas ao presente questionário são estritamente confidenciais.

A sua colaboração é de extrema importância para o procedimento da investigação, agradecendo desde já a colaboração.

A estagiária finalista

17 de Maio de 2016

Bloco 1. Dados de identificação

Idade: 43 anos

Género: Feminino

Estado civil: Divorciada

Bloco 2. Perceção do progenitor relativamente ao processo de divórcio

1- Encontra-se divorciado do seu ex-cônjuge há quanto tempo?

“Há cerca de 6 anos (desde os 4 ou 5 meses de gravidez).”

2- Recorda-se da primeira vez que falou sobre o divórcio ao seu filho?

Sim

Não

3- Como é que lhe explicou este processo?

“Quando a minha filha começou a questionar o facto de o pai não viver na mesma casa que nós (tinha ela dois anos), expliquei-lhe que eu e o pai já tínhamos sido namorados e que nessa altura tínhamos sonhado muito tê-la, mas que depois nos tínhamos zangado e como não conseguíamos fazer as pazes, decidimos viver então em casas separadas.”

4- Fê-lo sozinho? Se não, acompanhado por quem?

Sim

Não

5- Na sua opinião há algo que poderia ter sido diferente durante o processo de divórcio em favor do bem-estar da criança? Se sim, o quê?

Sim

Não

Bloco 3. Perceção do progenitor após o divórcio

6- Como caracteriza a sua relação com o seu filho pós-divórcio?

“Não há mudança na relação uma vez que a separação aconteceu a meio da gravidez. Tenho no entanto noção de ser uma relação excessivamente dependente e que seria com certeza diferente e mais saudável se existisse a presença de outro progenitor.”

7- A quem foi atribuída a guarda da criança?

“A mim, à mãe.”

7.1- Concorda com essa decisão? Justifique.

“Sim. Na altura do divórcio não houve outra decisão possível. Posteriormente, não me parece que fizesse sentido haver alteração uma vez que o pai tem uma vida extremamente instável (tanto a nível pessoal como a nível profissional) sendo por isso difícil integrar uma criança pequena.”

8- Que relação mantem a criança com o outro progenitor?

Estão juntos regularmente

Estão juntos algumas vezes

“2 a 3 vezes por ano.”

Nunca estão juntos

8.1 – Em função da resposta anterior, considera que essa relação é saudável? Justifique.

“Não, considero uma relação muito deficitária. Fisicamente é a relação possível pelo facto de o pai não viver na mesma cidade, mas mesmo assim, há outras formas de contacto que seriam possíveis e que são escassas.”

9- Sentiu que começou a tratar de forma diferente o seu educando depois do processo de divórcio? Se sim, mudou rotinas? O que fez de diferente?

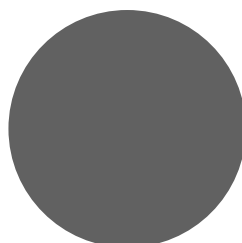
“Não houve qualquer diferente uma vez que a separação ocorreu durante a gravidez, pelo que esta é a única realidade que ambos conhecemos. Acredito, no entanto que a presença de outro progenitor tornaria as rotinas mais tranquilas e fluídas.”

10- Identifica algum tipo de influência do processo de divórcio experienciado, nas aprendizagens do seu filho?

“Não há uma influência do processo de divórcio propriamente dito, pois não foi vivenciado, mas há uma clara influência da ausência do pai e que se nota, sobretudo, na relação mais distante que estabelece com as figuras do sexo masculina e na relação de extrema dependência das figuras do sexo feminino e na dificuldade em aceitar regras e persistência em as transgredir.”

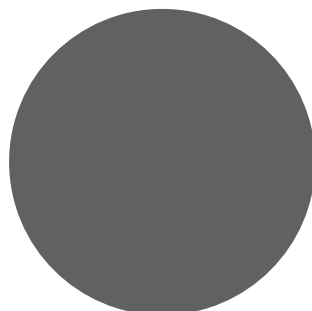
ANEXO 6 – GRÁFICOS RELATIVOS AOS INQUÉRITOS

a) Questão nº 3 - Recorda-se da primeira vez que falou sobre o divórcio ao seu filho?



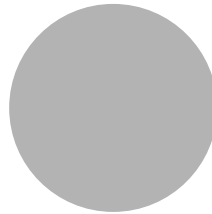
■ Sim
■ Não

b) Questão nº 4 - Fê-lo sózinho?



■ Sim
■ Não

c) Questão nº 5 - Na sua opinião há algo que poderia ter sido diferente durante o processo de divórcio em favor do bem-estar da criança?



■ Sim
■ Não

d) Questão nº 8 - Que relação mantem a criança com o outro progenitor?



■ Nunca estão juntos
■ Estão juntos algumas vezes

ANEOX 7 – QUADROS DE ANÁLISE DOS INQUÉRITOS

QUADRO 1

Bloco 2 - Perceção do progenitor relativamente ao processo de divórcio

Categoria	Subcategoria	Inquérito – Respostas
a) Tempo de separação		“Desde a gravidez” (E.E.I) “Há cerca de 6 anos (desde os 4 ou 5 meses de gravidez)” (E.E.M)
b) Primeira vez que falou com a criança sobre o divórcio	Explicação do processo de divórcio	“Foi há relativamente pouco tempo, por minha opção (...) não fui muito exaustiva, apenas fiz entender que existem várias realidades e vários tipos de famílias.” (E.E.I) “Quando a minha filha começou a questionar o facto de o pai não viver na mesma casa que nós (...) expliquei-lhe que eu e o pai já tínhamos sido namorados (...) mas que nos tínhamos zangado (...)” (E.E.M)
c) Durante o processo de divórcio	Diferenças na criança	“Não, faço tudo em prol do meu filho, nomeadamente mantendo o contacto com o progenitor (...) sempre que solicita, assim como visitando os avós paternos” (E.E.I) “Não” (E.E.M)

QUADRO 2

Bloco 3 - Percepção do progenitor após o divórcio

Categories	Subcategorias	Inquérito – Respostas
d) Após separação	Relação com o filho	“A nossa relação é excelente (...) nunca sentiu falta do progenitor.” (E.E.I) “ Não há mudanças na relação (...) tenho no entanto noção de ser uma relação excessivamente dependente (...)” (E.E.M)
e) Atribuição da guarda	Opinião relativa à escolha	“(...) a guarda está entregue à mãe por mútuo acordo. Concordo plenamente que a criança deve ficar com mãe com quem sempre viveu e conviveu (...)” (E.E.I) “A mim, à mãe. Na altura do divórcio não havia outra decisão possível (...)” (E.E.M)
f) A criança e o outro progenitor	Relacionamento	“Nunca estão juntos (...) só por <i>skype</i> (...) Julgo que o pai deveria sempre estar junto dos seus filhos (...)” (E.E.I) “Estão juntos raras vezes.. Considero assim uma relação muito deficitária (...)” (E.E.M)
g) Diferenças na relação com o educando	Mudanças de rotina	“Nunca mudou nada (...)” (E.E.I) “Não houve qualquer diferença (...)” (E.E.M)
h) Influência do divórcio	Aprendizagens da criança	“Não, nunca o afetou, foi sempre uma criança feliz (...)” (E.E.I) “(...)Há uma clara influência na ausência do pai (...) relação mais distante que estabelece com as figuras do sexo masculino (...)” (E.E.M)